



# *Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista*

CMD/057/2019.

Em 18 de setembro de 2019.

Junte-se ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*Adriana Zaban*

**Adriana Zaban**  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Senhor Presidente do Senado Federal:

Vimos, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência com a finalidade de encaminhar cópia da Moção nº 1.976, de autoria do Vereador Antonio Fiaz Carvalho, subscrita pelos demais Vereadores desta Casa, aprovada pelo voto unânime em Sessão Ordinária de 17 do corrente, veiculando apelo às autoridades constituídas para que os servidores das Guardas Municipais brasileiras tenham acesso à aposentadoria especial, garantindo esse direito fundamental e social, conforme a Constituição Federal, com a inclusão na PEC da Reforma da Previdência da merecida aposentadoria especial a todas as Guardas Municipais do Brasil.

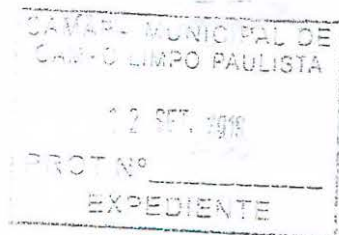
Prevalecemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência nossas expressões de distinta consideração e de elevado apreço.

*Antonio Fiaz Carvalho*

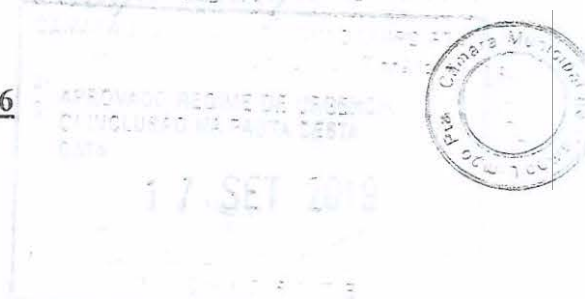
**ANTONIO FIAZ CARVALHO**  
Presidente

A Sua Excelência Senhor  
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE  
Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
BRASÍLIA - DF  
70165-900





**MOÇÃO N° 1-9-7-6**  
(apelo)



CONSIDERANDO a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

CONSIDERANDO a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

CONSIDERANDO o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que estabeleceu o Estatuto Geral das Guardas Municipais;

CONSIDERANDO os preceitos do Estatuto das Guardas, o qual prevê como princípios mínimos de atuação: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

CONSIDERANDO a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido, garantindo direitos aos respectivos servidores;

CONSIDERANDO que os Guardas Municipais são indispensáveis à segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicológica e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate ao crime e à violência urbana, rural e ambiental, pois a guarda está presente em todas as localidades do município.

Por todas as razões acima expostas,

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA apela às autoridades constituídas para que os servidores das Guardas Municipais brasileiras tenham acesso à aposentadoria especial, garantindo esse direito fundamental e social, conforme a Constituição Federal, com a inclusão na PEC de Reforma da Previdência da merecida aposentadoria especial a todas as Guardas Municipais do Brasil.

Campo Limpo Paulista, 11 de setembro de 2019.

**ANTONIO FIAZ CARVALHO**  
Vereador



*Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista*

(Moção nº 1.976, fls. 02, subscritores)



ANA PAULA CASAMASSA DE LIMA  
VEREADORA

CRISTIANE FRIOLIM DAMASCENO  
VEREADORA

DANIEL MANTOVANI DE LIMA  
VEREADOR

DENIS ROBERTO BRAGHETTI  
VEREADOR

DULCE DO PRADO AMATO  
VEREADORA

EVANDRO GIORA  
VEREADOR

JOSÉ RIBERTO DA SILVA  
VEREADOR

JURANDI RODRIGUES CAÇULA  
VEREADOR

LEANDRO BIZETTO  
VEREADOR

MARCELO DE ARAÚJO  
VEREADOR

PAULO PEREIRA DOS SANTOS  
VEREADOR

VALDIR ANTONIO ARENGHI  
VEREADOR







# Câmara Municipal de Santa Gertrudes

Rua São Pedro, 400 - Jardim Luciana - Santa Gertrudes - SP  
CEP 13510-000 CP 47 - CNPJ: 01.778.361/0001-26  
www.camarasg.sp.gov.br / camarasg@camarasg.sp.gov.br  
Fone: (19) 3545-1305

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, NA SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019 APROVOU POR UNANIMIDADE A  
SEGUINTE MOÇÃO.

(Autoria: -ANTONIO CARLOS CANDIDO)

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Moção Nº 18/2019

Em 22 / 11 / 19

## MOÇÃO DE APOIO AS GUARDAS MUNICIPAIS

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

**MOÇÃO DE APOIO A PEC QUE MODIFICA O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DISPOSIÇÕES  
TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA QUE INCLUA AS  
GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A  
MERECEIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.**

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão do bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei n.º 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas Municipais que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: - I – proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e liberdades públicas; II - preservação a vida, redução e diminuição das perdas; III patrulhamento preventivo; IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e V – uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar neste sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;





# Câmara Municipal de Santa Gertrudes

Rua São Pedro, 400 - Jardim Luciana - Santa Gertrudes - SP  
CEP 13510-000 CP 47 - CNPJ: 01.778.361/0001-26  
[www.camarasg.sp.gov.br](http://www.camarasg.sp.gov.br) / [camarasg@camarasg.sp.gov.br](mailto:camarasg@camarasg.sp.gov.br)  
Fone: (19) 3545-1305

Considerando que os Guardas Municipais são indispensáveis à segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator de risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental, pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

PROPOMOS ao Egrégio Plenário, com fundamento e na forma regimental (Resolução n.º 2/91, artigos 228 a 231), a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua **APOSENTADORIA ESPECIAL**, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL NA PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.

Solicitamos que cópias sejam enviadas ao Ex.º Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao Ex.º Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia; ao Ex.º Sr. Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal de Santa Gertrudes – Sr. Rogério Pascon, ao Ex.º Secretário Municipal de Segurança da cidade de Santa Gertrude/SP – senhor Heráclito Soares Barbosa e ao Ex.º Sr. Comandante da Guarda Civil de Santa Gertrudes/SP Paulo Figueiredo Andrade.

Santa Gertrudes, 12 de setembro de 2019.

  
Antonio Carlos Candido  
Presidente da Câmara Municipal





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/570/2019 - im

Junte-se ao processado do

PEC

nº 133 de 2019

Em 22 / 11 / 19

*Adriana Zaban*

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 10 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da Moção nº 346/2019, de autoria do Vereador Paulo Henrique Ignácio Pereira, apresentada em Sessão Ordinária realizada no dia 07 de outubro do corrente ano.

Sem mais para o momento, apresento votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Carlos Renato Serotine(TOTA)**  
**PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
BRASÍLIA – DF

Rua Lucas Evangelista, 652 - Fone (17) 3345-9200 - CEP 14.700-425  
BEBEDOURO - ESTADO DE SÃO PAULO







# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## MOÇÃO Nº 346 /2019.

Autor: PAULO HENRIQUE IGNÁCIO PEREIRA  
"PAULO BOLA"

DESPACHADO PELA MESA

Em 07/10/19

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE  
SOBERANO PLENÁRIO

Carlos Renato Serotine  
Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos Regimentais, a emissão de **MOÇÃO DE APELO** visando o apoio à PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial.

### JUSTIFICATIVA

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida e redução do sofrimento diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

**Considerando** que as Guardas Municipais são indispensáveis a segurança e que suas atividades é muito desgastante física, psicologicamente, além do fator de risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

Ante o exposto e atendidas as formalidades de praxe, **REQUEIRO** ao Plenário a aprovação e envio de **MOÇÃO DE APELO** reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais tenham sua Aposentadoria Especial, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme constituição Federal,

*"Deus Seja Louvado"*

1

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200








# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
[www.camarabebedouro.sp.gov.br](http://www.camarabebedouro.sp.gov.br)

para ao fimde Incluir todas as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial na PEC da reforma da previdência brasileira. Que seja encaminhado cópias ao:

- a. Exmo. Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**;
- b. Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados **RODRIGO MAIA**;
- c. Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal **DAVI ALCOLUMBRE**.

Bebedouro, 23 de setembro de 2019.

  
**PAULO HENRIQUE IGNÁCIO PEREIRA**  
**PAULO BOLA**  
**VEREADOR - Líder do MDB**

CMB 39029/2019 25/09/2019 11:20

*“Deus Seja Louvado”*

2

**RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200**





# Câmara Municipal de Aguai

C.N.P.J. 52.356.656/0001-45

Of. 283/2019

Junto-se ao processado do

PEC

nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

Aguai, 08 de outubro de 2019.

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

À

## Proposta de Emenda Constitucional

Assunto: Encaminha Moção de Apoio nº 120/2019 - À Proposta de Emenda Constitucional que modifica o sistema de previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Prezados Senhores,

Encaminho a Vossas Senhorias a inclusa **MOÇÃO DE APOIO Nº 120/2019** de autoria do Vereador Higor Port e subscrita pelos demais Membros que compõem esta Casa de Leis, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2019.

Respeitosamente,

  
VEREADOR EDILSON RICARDO FERREIRA GNANN

PRESIDENTE

Fone: (19) 3653-7070 / Fax: (19) 3653-7073 / DDG 0800-7726310  
Av. Olinda Silveira Cruz Braga, 235 – Aguai-SP – CEP: 13860-000  
E-mail: [secretaria@aguai.sp.leg.br](mailto:secretaria@aguai.sp.leg.br) - Site: <http://aguai.sp.leg.br>





# Câmara Municipal de Aguiá

C.N.P.J. 52.356.656/0001-45

EM: 07 / OUT / 2019

☒ APROVADO ( ) REJEITADO

*Ricardo Sampaio*  
PRESIDENTE

## MOÇÃO DE APOIO Nº 120/2019

Senhor Presidente:

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante, física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

Fone: (19) 3653-7070 / Fax: (19) 3653-7073 / DDG 0800-7726310  
Av. Olinda Silveira Cruz Braga, 235 – Aguiá-SP – CEP: 13860-000  
E-mail: [secretaria@aguai.sp.leg.br](mailto:secretaria@aguai.sp.leg.br) - Site: <http://aguai.sp.leg.br>







# Câmara Municipal de Aguai

C.N.P.J. 52.356.656/0001-45

A Câmara Municipal de Aguai apela aos mais lídimos representantes da população brasileira com assento no Congresso Nacional, com vistas à aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional.

Diante do exposto, apresento à Mesa, ouvido o Plenário, observadas as formalidades regimentais, a presente **MOÇÃO DE APOIO À APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL** que modifica o sistema de previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências”.

**REQUEIRO** que se dê conhecimento desta ao Presidente do Senado Federal, Excelentíssimo Senhor Davi Alcolumbre, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Rodrigo Maia, manifestando o apoio desta Casa de Leis à aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional, em razão do alcance social que trará a essa abnegada classe trabalhadora do País.

Sala das Sessões "Ver. João Silva", 25 de setembro de 2019.

  
HIGOR PORT  
Vereador

  
Ver. Carlos José dos Santos

  
Ver. Clayton Paulo Ribeiro

  
Ver. Celso Augusto C. de Moraes

  
Ver. Edilson Ricardo F. Gnann

Fone: (19) 3653-7070 / Fax: (19) 3653-7073 / DDG 0800-7726310  
Av. Olinda Silveira Cruz Braga, 235 – Aguai-SP – CEP: 13860-000  
E-mail: [secretaria@aguai.sp.leg.br](mailto:secretaria@aguai.sp.leg.br) - Site: <http://aguai.sp.leg.br>





# **Câmara Municipal de Aguai**

C.N.P.J. 52.356.656/0001-45

  
**Ver. Edmundo Marti G. Júnior**

  
**Ver. Juan Landiva Espogino**

  
**Ver. Luiz Carlos Marreiro**

  
**Ver. Paulo Cesar G. Ienon**

  
**Ver. José Lázaro P. de Oliveira**

  
**Ver. Luiz Antônio Milanez**

  
**Ver. Odair Costa da Silva**

  
**Ver. Sérgio Luís de A. Martucci**



00100.134405/2019-31  
02010210 (21/50 E)**AFEESMIG**Associação das Fundações Educacionais de  
Ensino Superior do Estado de Minas Gerais

Brasília (DF), 16 de setembro de 2019.

Of. AFEESMIG nº 10

A Sua Excelência o Senhor Senador Davi Alcolumbre

Ponte-se ao processado do  
PEC

nº 133, de 2019

Em 22/11/19.

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor,

A AFEESMIG - Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.642.204/0001-87, com sede na Capital Federal, que tem como missão principal defender os interesses institucionais das Fundações Educacionais de Minas Gerais, junto aos organismos Públicos e Privados, nas esferas estadual e federal, representado por seu Presidente, o *Profº Erwin Rolf Mádisson Júnior*, vem, por meio desta, apresentar a Associação e protocolar, em mãos, o Parecer Analisando a Proposta Paralela à PEC nº 06/2019, na Parte da Extinção das Imunidades Tributárias das Entidades Educacionais.

Reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
 Professor Erwin Rolf Mádisson Júnior  
 Presidente AFEESMIG


AFEESMIG

Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais

SBS Quadra 02, Lote 15 Bloco E, Edf. Prime Business, sala 1.008 – 10º andar

CEP: 70.070-120 – Brasília (DF) – Fone: (61) 32267108 ou 986135204 (whatsapp)

E-mail: [assessoria@afeesmig.org.br](mailto:assessoria@afeesmig.org.br)[www.afeesmig.org.br](http://www.afeesmig.org.br)



**Parecer Analisando a Proposta Paralela à PEC nº 06/2019, na Parte da Extinção das Imunidades Tributárias das Entidades Educacionais.**

**CONSULENTE:** ASSOCIAÇÃO DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS – AFEESMIG, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 04.642.204/0001-87, com sede em Brasília/DF, no SBS - Quadra 2, Bloco “E”, Sala nº 1.008, Ed. Prime Business, CEP: 70.070-120.

**URGENTE**

**CONSULTOR:** Guilherme Valle de Souza<sup>1</sup>

**I. Análise Preliminar:**

Apresentamos Parecer analisando legalidade ou não da PEC-*Paralela* na parte em que busca suprimir a imunidade tributária do setor educacional. Para tanto, é necessário uma breve explanação sobre a estrutura constitucional original do País. A doutrina, com base no histórico da evolução da Teoria Geral do Estado e da Teoria Geral da Constituição denomina essa força constitutiva de **Poder Constituinte**, dividindo-o em originário e derivado. O Poder constituinte derivado (*reformador*) tem seu exercício restrito à observância das normas estabelecidas pelo poder constituinte originário. Poder Subordinado: o poder constituinte derivado está sujeito aos limites impostos pela Constituição.

Já o Poder Originário constitui um Estado novo, uma mudança de regime (ditadura para democrático p.ex.) assim, nos termos das concepções preponderantes de uma dada sociedade no momento dessa criação. Essa força ou poder constitutivo tem o condão de criar ou estabelecer um Estado novo por meio de regras estruturantes que formaliza a sua fisionomia e as suas concepções ideológicas contemporâneas à sua criação. Portanto, somente o Constituinte Originário do ponto de vista jurídico tem poder ilimitado.

---

<sup>1</sup>Doutor pela *Universidad Del Museo Social Argentino*. Pós - graduado *lato sensu* em Direito Público.



## II. Introito:

A 'Proposta' *Paralela* não observou princípios constitucionais mínimos o relator esqueceu o porquê da denominação de "Constituição Cidadã". Ora, saindo de um regime de ditadura militar, buscou-se privilegiar e assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, fundada na harmonia social e etc. É o que consta no preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

Pois bem, já no inciso III do art. 1º da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>, consta a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. Logo a seguir no art. 3º temos como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Com vista a erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais. No art. 6º o Constituinte Originário deixou expresso os direitos sociais, sendo a educação<sup>3</sup> o primeiro destes direitos, seguido pela saúde e etc.

Por tais razões e importância, no § 4º do art. 60 da Constituição Federal, forjou o Constituinte Originário as denominadas **Cláusulas Pétreas** (imutáveis pelo Constituinte Derivado), e entre elas no inciso IV, constam os direitos e garantias individuais.

---

<sup>2</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

**III - a dignidade da pessoa humana;**

<sup>3</sup> Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição





### III. Da Imunidade Condicionada:

Para garantir a efetividade dos direitos sociais e para a realização da justiça social o sistema tributário depende da arrecadação de tributos daqueles que possuem capacidade de contribuir para com os gastos e deveres estatais. A arrecadação no que tange às contribuições previdenciárias restou prevista pelo legislador originário no art. 195 da CF/88. Mas, o segundo ângulo aponta pelo reconhecimento da intributabilidade de certas pessoas, atividades ou bens, seja por falta de capacidade contributiva, seja porque, ainda que ela existisse, a tributação conduziria não a promoção, mas ao impedimento da consecução dos objetivos fundamentais previstos na Constituição Cidadã. Assim a imunidade restou chapada no § 7º do citado art. 195, *in verbis*:

“§ 7º São isentas<sup>4</sup> de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

Desde sempre era sabido que o Estado em suas atividades gastava mais, muito mais que o ente privado. Daí a importância das imunidades tributárias das entidades que auxiliam o Estado na sua missão social. Nas lições do professor Dr. Hugo de Brito Machado, imunidade é:

“Imunidade é o obstáculo decorrente da Constituição à incidência de regra jurídica de tributação. O que é imune não pode ser tributado. A imunidade impede que a lei defina como hipótese de incidência tributária aquilo que é imune. É limitação à competência tributária”. (MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 31ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 28)

A Constituição Federal não tem palavras inúteis. **Visando evitar o retrocesso tributário** de um governo possivelmente corrupto e ineficiente, o Constituinte Originário assentou no Capítulo I do Título VI “os princípios gerais do sistema tributário nacional”.

<sup>4</sup> O STF assentou pela impropriedade do termo isenção, visto que o benefício constitucional é uma verdadeira imunidade. ROMS nº 22.192/DF - Celso de Mello - STF 1ª Turma - DJ. De 19.12.1996



Assim, no inciso II do art. 146 o legislador originário deixou expresso que as limitações constitucionais ao poder de tributar só poderiam ocorrer por lei complementar. O Constituinte Originário previu a possibilidade de se ‘restringir’ a imunidade condicionada (*ao atendimento de certos requisitos legais*) estampada no § 7º do art. 195 da CF/88, sempre através de lei complementar. Mas, não há qualquer possibilidade jurídica dentro desta ordem democrática vigente, que ampare o constituinte derivado para extirpar ou eliminar a benesse fiscal.

De toda forma, ao arrepio da legalidade e com feições puramente política, sem qualquer conhecimento, inclusive, dos termos utilizados na redação, o infeliz Relator da ‘Proposta’ *Paralela* assevera que:

“Trata-se da revisão das renúncias para as entidades “filantrópicas” que oferecem pouca contrapartida à sociedade, especialmente no setor de educação, e o que evidentemente não inclui as entidades de assistência, e referências como as Santas Casas. (...) “Não temos clareza sobre porque faculdades destinadas a elite da elite; hospitais que pagam salários de 6 dígitos; ou bem sucedidos produtores rurais não devem pagar o INSS de seus funcionários. A lógica é simples: se eles não estão pagando. Alguém está”. Destaques acrescentados

Cumprе salientar que **a imunidade não se confunde com a isenção e, portanto, não se configura como uma espécie de renúncia**. A imunidade caracteriza-se como "regra constitucional expressa que estabelece a não-competência das pessoas políticas da federação para tributar certos fatos e situações, de forma amplamente determinada, delimitando negativamente, por meio de redução parcial, a norma de atribuição de poder tributário". É uma vedação ao poder de tributar!

Portanto, não se pode falar em renúncia sobre determinada situação que é considerada imune de tributo, se o ente tributante não tem sequer poder para instituí-lo.



#### IV. Da Proposta de Alteração do § 7º do art. 195 da CF/88 – Inconstitucionalidade Formal e Material:

A ementa da desastrosa 'Proposta' *Paralela* dispõe: "Permite que os Estados (...); modifica renúncias previdenciárias e dá outras providências". Vejamos a transcrição da redação proposta para o § 7º do art. 195 da Constituição Federal:

"§ 7º Não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário".

Entendo que a 'Proposta' *Paralela* padece de vício de inconstitucionalidade. Primeiro do ponto de vista formal, visto que ao constituinte derivado não é dado extinguir cláusula pétrea. Somente através de uma revolução e com uma nova ordem constitucional, mas aí não seria constituinte derivado e sim Constituinte Originário. Quanto à inconstitucionalidade material, temos que o legislador derivado, na forma do inciso II do art. 146 da CF/88, tem a prerrogativa para estabelecer novos requisitos para a fruição da imunidade, mas o seu Poder não o ampara para excluir a imunidade conferida pelo Constituinte Originário.

O malfadado projeto retirou a educação do rol das garantias individuais e sociais. Afinal, a entidade beneficente educacional (privada) mesmo que venha hipoteticamente a oferecer seus cursos de maneira gratuita, ainda assim na forma da proposta, não faria jus à imunidade tributária. Ora, a educação encontra-se prevista no art. 205 da CF/88, é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Ainda que fosse possível, não consta na infeliz proposta a revogação do citado art. 205 da CF/88.





## V. Da Violação de Princípios Constitucionais:

Segundo o Prof. José Afonso da Silva, os princípios constitucionais são ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas. Informa ainda o citado autor que tais princípios podem estar positivamente incorporados, por ser a base de normas jurídicas, o que os transformaria em normas-princípios constituindo, dessa forma, os preceitos básicos das organizações constitucionais.

A Constituição Federal é a lei fundamental e os princípios constitucionais protegem os atributos fundamentais da ordem jurídica.

No caso em análise, a infeliz 'Proposta' *Paralela* ao excluir a seu talante a imunidade do seguimento da Educação, violou o princípio da isonomia tributária previsto no inciso II do art. 150 da CF/88. Ora, com as vênias devidas, este princípio veda o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação e etc.

Na sequência de desalinhos jurídicos a proposta estaria impropriamente e de forma tácita, revogando a Lei nº 12.101/09, e assim também tacitamente estaria revogando o PROUNI, Lei nº 11.096/05.

Não podemos olvidar do **princípio da vedação ao retrocesso social**, que funciona como um limite à reforma, através do qual visa proteger os indivíduos contra a superveniência de lei que pretenda atingir, negativamente, o direito social já conquistado em sede material legislativa, de modo a vedar a propositura de normas tendentes a suprimir tal direito social. Ora, a educação e a saúde desde a Constituição de 1934 encontram-se erigidos como direitos sociais. Ao que parece também de desconhecimento do d. Senador Relator.



## VI. Da Conclusão:

O Projeto de Emenda à Constituição denominado PEC – *Paralela*, na parte que busca eliminar as imunidades tributárias do seguimento educacional, em que pese os patentes vícios de inconstitucionalidades, não tem como ser questionado judicialmente, ao menos neste momento. As fragilidades do pretense projeto são muitas conforme alhures demonstrado.

Registre-se que a PEC nº 6/2019 chegou ao Senado após sua aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados. O Senador Tasso Jereissati indicado para a relatoria propôs em seu relatório a malfada ‘Proposta’-*Paralela*, mas entendo que esta proposição somente terá início em sua tramitação com a aprovação de um terço, no mínimo dos membros do Senado Federal. Portanto, estamos tratando de um relatório, ainda não é uma PEC.

Acreditamos que no mérito a ‘Proposta’-*Paralela* não ultrapasse as análises da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que avalia a sua constitucionalidade e a conformidade com os princípios de nosso sistema jurídico. Mas, na remota eventualidade de ser aprovada da maneira apresentada, ao final quando materializar-se em LEI, certamente será alvo de Ação de Inconstitucionalidade. Pelas aberrações jurídicas, muito provavelmente a própria Ordem dos Advogados do Brasil estará promovendo este controle. Por fim, vale destacar que em vários momentos, quando provocado o Supremo Tribunal Federal manifestou no seguinte sentido sobre a eficácia das regras produzidas pelo Poder Constituinte Originário:

“A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (*redundantemente chamado de "originário"*) não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validade e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas. (ADI 2.356 MC, ADI 2.362 MC, ADI 2.208 e ADI 939)





SENADO FEDERAL  
Presidência

OFÍCIO Nº 1364/2019/PRESID

Brasília, 24 de setembro de 2019.

Ao Senhor

**Professor Erwin Rolf Mádisson Júnior**

Presidente da Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais

SBS, Quadra 2, Lote 15, Bloco E, Edifício Prime Business, sala 1008, 10º andar  
70.070-120 Brasília/DF

**Assunto: Parecer analisando a Proposta Paralela à PEC nº 6, de 2019.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício AFEESMIG nº 10, de 16 de setembro de 2019, dessa Presidência, pelo qual se encaminha parecer analisando a proposta paralela à Proposta de Emenda Constitucional nº 6, de 2019, na parte da extinção das imunidades tributárias das entidades educacionais, destaco que toda manifestação, em forma de crítica ou sugestão, constitui pilar do genuíno processo democrático. Nesse sentido, será, por óbvio, encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para posterior envio à Comissão pertinente, na qual a proposta estiver sob análise naquele momento.

Atenciosamente,

**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - [presidente@senado.leg.br](mailto:presidente@senado.leg.br) - <http://www.senado.leg.br>





# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. Circular nº 97/2019

Novo Hamburgo, 2 de outubro de 2019.

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 533, de 2019.

Em 22 / 11 / 19.

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Assunto: **Moção nº 25/2019**

Senhor Senador,

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Moção nº 25/2019, de autoria desta Presidência, que “Manifesta Repúdio à proposta de retirada da isenção de contribuição previdenciária das entidades filantrópicas educacionais”, a qual foi aprovada na sessão ordinária de 2 de outubro de 2019.

Respeitosamente,

RAUL CASSEL  
Presidente







# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MOÇÃO Nº 25/2019

Manifesta Repúdio à proposta de retirada da isenção de contribuição previdenciária das entidades filantrópicas educacionais.

Considerando que o relator da Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 6/2019, Senador Tasso Jereissati, apresentou a PEC nº 133/2019, a PEC Paralela;

Considerando que, no item II.6 – Resumo da PEC Paralela, o Senador afirma que as entidades filantrópicas no setor de educação oferecem pouca contrapartida à sociedade;

Considerando a intenção de impor tributação gradual e progressiva, ao longo de 5 anos, para estas entidades educacionais;

Considerando os efeitos danosos que poderão vir a sofrer os bolsistas matriculados em entidades educacionais privadas do país;

Considerando a redução drástica que poderá vir a acontecer na oferta de bolsas de estudo pelas entidades educacionais privadas;

Manifestamos nosso Repúdio à proposta de retirada da imunidade de contribuição para a seguridade social das entidades filantrópicas educacionais.

Desta forma, solicita-se o envio de cópia da presente Moção de Repúdio a cada um dos Senadores da República.

Novo Hamburgo, 26 de setembro de 2019.

  
Vereador Raul Cassel

Obs.: Redação conforme original do autor.  
/RRS



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 17 / 09 / 2019  
*Roberto Leite de Matos*

Of. CIRCULAR CM/GP Nº 347/2019

Em 17 de setembro de 2019

*José Roberto Leite de Matos*  
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Prezado (a) (s) Senhor (a) (es),

Encaminho a Vossa (s) Senhoria (s), cópia da **MOÇÃO Nº 278/2019**, de autoria do nobre Edil **GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR E OUTROS**, aprovada pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 16 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

*Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino*  
**MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO**  
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim







# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE VEREADOR DR. GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR

**ASSUNTO: MOÇÃO DE APOIO A EMENDA 18/2019 EM FAVOR DAS ENTIDADES NO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 133/2019 QUE TRAMITA NO CONGRESSO NACIONAL A SER ENCAMINHADO A TODAS AS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS DO SENADO FEDERAL.**

**DESPACHO APROVADA, NA SESSÃO DE HOJE, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.**

**SALA DAS SESSÕES 16/09/2019**

**PRESIDENTE DA MESA**

## MOÇÃO Nº278 DE 2019

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS**

**ASSUNTO: MOÇÃO DE APOIO**

Apresento à mesa, ouvido o soberano plenário e dispensadas todas as formalidades regimentais, a presente **MOÇÃO DE APOIO** a Emenda nº18/19 (PLEN) à PEC 133/2019 do Excelentíssimo Senhor Senador Romário.

A presente emenda visa beneficiar as organizações de sociedade civil, as instituições filantrópicas que prestam serviços às pessoas carentes em nosso país, uma vez que é notório a situação financeira em que as mesmas se encontram.

*Bem disse o Ilustre Senador em sua emenda, temos conhecimento do profundo caos econômico que nosso país está passando e também entendemos a necessidade de aumentar a arrecadação para Previdência, mas não é justo que isso sobrecarregue a educação e a saúde, áreas essenciais para o cidadão.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

**GABINETE VEREADOR DR. GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR**

Da forma que está na PEC da Reforma da Previdência, há retirada do CEBAS Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para entidades filantrópicas que desenvolvam serviços de Educação e Saúde, exceto as Santas Casas de Misericórdia, como condicionante para se ter o benefício da isenção do pagamento da cota patronal para a Previdência Social.

Essa alteração vai impactar não nas grandes instituições sociais de Educação e Saúde e nem mesmo no universo geral das contas da Previdência, mais vai impactar consideravelmente naquelas pequenas mais fundamentais instituições assistenciais que oferecem serviços gratuitos à milhares de pessoas vulneráveis em todos os municípios brasileiros que buscam os serviços de saúde e educação dessas OSCs – Organizações da Sociedade Civil, que já passam dificuldades financeiras com escassos recursos.

**Portanto tal medida deve ser evitada.**

Desde já, requer-se que uma vez aprovada a presente moção; cópias reprográficas sejam enviadas ao **Excelentíssimo Senhor Davi Alcolumbre (DEM-AP) - Presidente do Senado Federal Senador, ao Excelentíssimo Senhor Senador Romário**, a todas as lideranças partidárias com assento no Senado, e as *instituições assistenciais de nossa cidade. (Conforme relação em anexo).*

Por intermédio deste **Vereador Dr. Gerson Luiz Rossi Junior** e demais **edis** que subscrevem essa **Moção** coloca o **Poder Legislativo do Município de Mogi Mirim**, Estado de São Paulo, como parceiro, no que tange ao Apoio às Instituições Filantrópicas que realizam trabalhos de excelências junto à população.

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 13 de setembro de 2019.**

**VEREADOR DR. GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR**  
**Presidente da Comissão de Justiça e Redação**  
**“CIDADANIA”**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

VEREADOR MANOEL PEREIRA DA CRUZ PALOMINO

VEREADOR MARCOS ANTONIO FRANCO

VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS

VEREADOR MOACIR GENUÁRIO

VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES

VEREADOR SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE

VEREADOR SÔNIA REGINA RODRIGUES

VEREADOR TIAGO CESAR COSTA





00100.146782/2019-12-1 (ANEXO: 001)  
00100.146782/2019-12-1  
02010210 (2/50/E)

# Poder Legislativo Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - e-mail: legisss@plugnet.psi.br

OF. CV. Nº 109/2019.

SÃO SEPÉ, 03 DE OUTUBRO DE 2019.

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.  
Em 22/11/19.

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

EXMO. PRESIDENTE

Ao cumprimentá-lo, venho através do presente encaminhar a **Moção nº 022/2019**, de autoria da Verª Zilca Figueiredo de Camargo – PDT, aprovada em última Sessão Plenária desta Casa (doc. em anexo).

Atenciosamente.

*Paulo Nunes*  
**VER. PAULO GETÚLIO DOMINGUES NUNES**  
Presidente

EXMO. SR.  
**DAVI ALCOLUMBRE**  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
BRASÍLIA/DF





# Poder Legislativo

## Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - e-mail: legisss@plugnet.psi.br

Exmo. Sr.

Ver. PAULO GETULIO DOMINGUES NUNES

MD Presidente Câmara Municipal de Vereadores

N/CIDADE.

Ref. MOÇÃO Nº:

022

/2019

Assunto: Votos de Repudio a PEC nº133/2019 de autoria do Senador Tasso Jereissati, conhecida como PEC PARALELA da PREVIDÊNCIA.

Senhor Presidente:

A Vereadora que a esta subscreve, solicita na forma regimental, seja encaminhada ao SENADO FEDERAL a seguinte MOÇÃO:

Votos de Repudio a PEC nº133/2019 de autoria do Senador Tasso Jereissati, conhecida como PEC PARALELA da PREVIDÊNCIA, que tem por proposito maior, retirar a Filantropia das Escolas Particulares Católicas.

Justificativa:

Todos sabemos, que a Reforma da Previdência tem por objetivo maior a arrecadação. Com a propositura da Emenda Paralela 133/2019, esta retira de Escolas Particulares Católicas a Filantropia, que ocasionará grande perda na área educacional, pois mais de 100mil estudantes gaúchos beneficiam-se de "bolsas de estudo" junto a estes educandários.

Sala das Sessões em 25 de Setembro de 2019.

*Z. Camargo*  
Verª. Zilca Figueiredo de Camargo – PDT

Apoio:

*Maria Silveira*

*Antonio Carlos*

*Antonio Carlos*

Camara de Vereadores  
São Sepé - RS  
APROVADO  
Em 26/09/19

Camara de Vereadores  
São Sepé - RS  
CONFERE  
Com o Original





# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

**GABINETE DO PRESIDENTE**  
**OF.GPC.CIRCULAR.Nº.039.09.2019**

Junte-se ao processado do

PEC

nº 133, de 2019.

Em

Mogi Guaçu, 10 de setembro de 2019.

*José Roberto Leite de Matos*  
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, anexa, cópia da Moção nº. 09 de 2019, de minha autoria e de outros Vereadores, aprovado em Sessão Ordinária desta Edilidade realizada dia 09 de setembro de 2019.

Apraz-me usar do ensejo para externar a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**Ver. RODRIGO FALSETTI**  
Presidente 2019/2020

Excelentíssimo Senhor  
**DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
**BRASÍLIA – DF**  
70165-900







# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

**MOÇÃO Nº 09 , DE 2.019**

**ASSUNTO:** Propõe apoio à luta em prol da manutenção do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), às entidades filantrópicas.

SENHOR PRESIDENTE,



O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, é objeto de desejo de grande parte das organizações brasileiras que desenvolvem projetos na área da saúde, educação e assistência social.

Os reflexos do CEBAS a partir de sua concessão são bastante conhecidos para as organizações, em especial, a possibilidade de usufruir da imunidade em relação às contribuições para a seguridade social prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal de 1988.

No último dia 04 de setembro do ano corrente, foi aprovada na CCJ uma proposta de emenda à Constituição que inclui a retirada do CEBAS para entidades filantrópicas que desenvolvam serviços de educação e saúde, exceto as Santas Casas de Misericórdias.

Neste momento, é importante lembrar que o setor filantrópico desempenha um importante trabalho em parceria com o Estado, atendendo de forma gratuita e altamente qualificada milhões de brasileiros nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Contrapondo-se ao pensamento do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) relator da proposta, a pesquisa “A Contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil”, divulgada pelo FONIF no começo de 2019, demonstra o impacto das atividades da filantropia para o País. Dados do estudo, realizado com base em informações oficiais dos ministérios que regulam o setor, apontam que a cada R\$1,00 investido pelo Estado no segmento filantrópico por meio das imunidades, a contrapartida real do setor é de R\$7,39. Só na área da saúde, o retorno para cada R\$1,00 recebido é 8,26 vezes maior. Nesse segmento, o setor soma mais de 260 milhões de procedimentos e é responsável por 59% de todas as internações de alta complexidade do Sistema Único de Saúde, isso sem mencionar que 906 municípios brasileiros são atendidos exclusivamente por um hospital filantrópico.

Pelo exposto e pela grande importância que o setor filantrópico tem em nosso País, que agora está ameaçada pela referida proposta,







# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

julgamos de bom alvitre que as autoridades se mobilizem na luta em prol da  
**MANUTENÇÃO DO CEBAS ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS.**


A ação filantrópica age onde o Estado não consegue chegar e o enfraquecimento desse setor geraria um impacto direto e significativo sobre a vida de milhões de brasileiros que, muitas vezes, dependem única e exclusivamente dessas instituições para conseguir acessar de maneira digna e gratuita serviços de saúde, assistência social e educação por meio de sua natureza assistencial das OSCs – Organizações da Sociedade Civil.

Por essa razão;

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU** apela aos Excelentíssimo Senhor Senador da República Federativa do Brasil, **DAVI ALCOLUMBRE**, digno Presidente do Senado Federal, instando-o a interceder junto as lideranças de bancadas com assento nessa Egrégia Casa Legislativa, com vistas a manutenção do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistencial Social), às entidades filantrópicas em atividade no País, na esteira dos benefícios que trarão aos segmentos menos desfavorecidos de nossa sociedade.

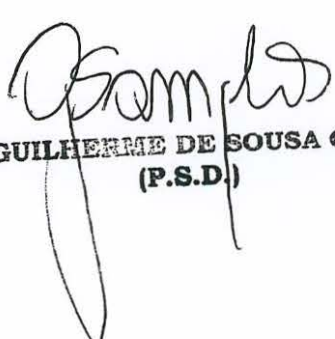
**REQUER**, finalmente, sejam dadas ciência do inteiro teor da presente propositura, aos líderes de bancadas com assento no Congresso Nacional, através da remessa de cópia xerográfica.

Sala "Ulysses Guimarães", 09 de setembro de 2.019

  
**Ver. NATALINO ANTONIO DA SILVA**  
 1º Secretário

  
**Vereador RODRIGO FALSETTI**  
 Presidente

  
**Ver. FÁBIO APARECIDO LUDUVIRGE**  
 (P.S.D.B)

  
**Ver. GUILHERME DE SOUSA CAMPOS**  
 (P.S.D.)







# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

00100 139615/2019-10  
02010210(215016)

GABINETE DO PRESIDENTE  
OF.GPC.CIRCULAR.Nº.043.09.2019

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.  
Em 22/11/19

Mogi Guaçu, 17 de setembro de 2019.

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, anexa, cópia da Moção nº 10 de 2019, de autoria do Vereador Fábio Aparecido Luduvirge Fileti e outros, aprovado em Sessão Ordinária desta Edilidade realizada dia 16 de setembro de 2019.

Apraz-me usar do ensejo para externar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

*[Assinatura]*  
**Ver. RODRIGO FALSETTI**  
Presidente 2019/2020

Excelentíssimo Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
**BRASÍLIA - DF**  
70165-900





# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

**MOÇÃO Nº 10, DE 2.019**

**ASSUNTO:** Propõe apoio ao texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

SENHOR PRESIDENTE,



Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante, física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU** apela aos mais lícitos representantes da população brasileira com assento no Congresso





# Câmara Municipal de Mogi Guaçu


Estado de São Paulo

Nacional, com vistas à aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional.

Requer, finalmente, sejam dada ciência do inteiro teor da presente propositura, aos dignos representantes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, respectivamente, DAVI ALCOLUMBRE e RODRIGO MAIA, bem como aos líderes de bancadas com assento no Congresso Nacional, concitando essas dignas autoridades a agilizarem a aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional, em razão do alcance social que trará a essa abnegada classe trabalhadora do País.

Sala "Ulysses Guimarães", 11 de setembro de 2019.

  
**Vereador FÁBIO APARECIDO LUDUVIRGE FILETI**  
(Líder da Bancada do PSDB)

  
Ver. JEFFERSON LUÍS DA SILVA  
2º Secretário

  
Ver. RODRIGO FALSETTI  
Presidente

  
Ver. FRANCISCO MAGELA INÁCIO  
(P. S. D.)





00100.140321/2019-36  
02010210(2/30/E)

# Câmara Municipal de Jandira

Jandira, 19 de setembro de 2019.

Of.Pres.RBS/046/19

Senhor Presidente:

Junto-se ao processo do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Tem o presente, a única e especial finalidade de encaminhar à Vossa Excelência, cópia da **MOÇÃO nº. 11/19** do Excelentíssimo Senhor Vereador Michel de Oliveira Viana aprovada na 28ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2019.

Sendo o que me cabia no ensejo, aproveito a oportunidade para externar protestos de elevada estima e apreço, colocando este Legislativo à Vossa disposição para o que julgar necessário.

Atenciosamente,

  
**ROGÉRIO BATISTA DA SILVA**  
Presidente

Exmº. Sr.

**DAVI ALCOLUMBRE**

**DD. PRESIDENTE**

SENADO FEDERAL - BRASILIA



# Câmara Municipal de Jandira

MOÇÃO Nº. 1119

ILUSTRE PLENÁRIO:

**REQUEIRO** nos termos do art. 203 do Regimento Interno, que seja registrado nos anais desta Casa de Leis, uma **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE em apoio a PEC que modifica o Sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.**

**Considerando** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I – proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II – preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III – patrulhamento preventivo; IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e V – uso progressivo da força;

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

**Considerando** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;





# Câmara Municipal de Jandira

1119

**PROPOMOS** ao Egrégio Plenário, com fundamento no art. 203 do Regimento Interno, a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

Solicitamos que cópias sejam enviadas ao Exmº Sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO. Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados RODRIGO MAIA, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal DAVI ALCOLUMBRE, ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Jandira PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA, ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Segurança Pública da Cidade de Jandira ANTONIO PESSANHA CABRAL e ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Guarda Civil Municipal da Cidade de Jandira JOYLTON CATAI.

**Sala Oswaldo Sammartino**  
11 de setembro de 2019

**MICHEL VIANA**

Vereador

INCLUIDO NA ORDEM DA DIA

17/09/19

PRESIDENTE

**APROVADO**

Por \_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ Vetos

17/09/19

PRESIDENTE



00100 435043/2019-03  
02010210(2/50/E)

## CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CNPJ. 49.226.798/0001-83

Rua Espírito Santo, 110 – Fone/Fax: (16)3952-1191/1299

Pitangueiras – Estado de São Paulo - CEP 14.750-000

Ofício n. 70/2019

Pitangueiras, 13 de setembro de 2019.

Exmo. Sr. Senador,

Junto-se ao processado do  
PEC

n.º 133, de 2019.

Em 22/11/19

Valho-me da presente para encaminhar a V. Exa. cópia da MOÇÃO DE APOIO a PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, no sentido de que INCLUA OS INTEGRANTES DAS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODA A NAÇÃO NO REGIME DE APOSENTADORIA ESPECIAL.

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Sendo oportuno, informo a V. Exa. que a moção fora aprovada na 10ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pitangueiras, Estado de São Paulo.

Sem mais para o momento, valho-me da oportunidade para apresentar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Gerson Maciel Roberto  
Preto da Serralheria  
Presidente da Câmara

Ao Exmo. Sr.  
Davi Alcolumbre  
DD. Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, s/n  
CEP. 70.165-900 – Brasília/DF.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CNPJ. 49.226.798/0001-83

Rua Espírito Santo, 110 – Fone/Fax: (16)3952-1191/1299  
Pitangueiras – Estado de São Paulo - CEP 14.750-000

**MOÇÃO DE APOIO** a PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que **INCLUA OS INTEGRANTES DAS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODA A NAÇÃO NO REGIME DE APOSENTADORIA ESPECIAL.**

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais no Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais; Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

PROPOMOS ao Egrégio Plenário, com fundamento e na forma regimental, a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras, no qual inclui-se o município de Pitangueiras-SP através de lei orgânica, reconhece-os como polícia municipal, tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim INCLUIR TODOS OS INTEGRANTES DAS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS NO REGIME DA MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.







# CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CNPJ. 49.226.798/0001-83

Rua Espírito Santo, 110 – Fone/Fax: (16)3952-1191/1299  
Pitangueiras – Estado de São Paulo - CEP 14.750-000

Solicitamos que Cópias sejam enviadas aos Excelentíssimos Senhores:

Presidente da República JAIRO MESSIAS BOLSONARO;  
Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados RODRIGO MAIA;

Ao Exmo Sr. Presidente do Senado Federal DAVI ALCOLUMBRE;

Ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de pitangueiras, o Sr. MARCOS AURÉLIO SORIANO;

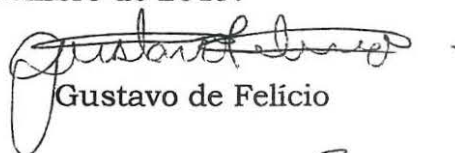
Ao Exmo Sr. Secretário Municipal de Segurança e trânsito da Cidade de Pitangueiras-SP ,  
SANDRO MORETI LIMA;

A Exma Sra. Comandante da Guarda Civil municipal (polícia municipal) da Cidade de Pitangueiras-SP, ELAINE MARA MARIOTO e ao

Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais – CNGM CARLOS ALEXANDRE BRAGA.

Câmara Municipal, 12 de setembro de 2019.

Gerson Maciel Roberto  
Preto da Serralheria  
Presidente da Câmara

  
Gustavo de Felício

Ailson Aparecido R. Ferreira

Antonio Benedito Pereira

Domingos Gomes dos Anjos

Francis Luis Silva

Gustavo de Felício

José Paulo Rodrigues

Mancel José da Costa Filho

Márcia Maria Bento

Marcos Joel Augusto

Paulo Altair Lago

Dr. Rodolfo Aparecido da Silva Rolmes Aparecido Marim







**CÂMARA MUNICIPAL DE  
CAPIVARI**



00 400 . 137629/2019-02  
02.01.02.10  
(2150/E)

Junta-se ao processado do

PEC

nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*(Handwritten signature)*

Capivari, 17 de setembro de 2019. **Adriana Zaban**  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Ofício Nº 147/2019

REF: Encaminha Moção de Apelo 30/2019

Excelentíssimo Presidente do Senado David Samuel Alcolumbre Tobelem,

De ordem do Senhor Vereador e Presidente desta Casa, Flávio de Castro Carvalho, sirvo-me do presente para encaminhar a presente **MOÇÃO DE APELO Nº 030/2019**, que depois de lida, foi discutida e votada nesta Casa, em sessão plenária ordinária realizada em 16 de setembro, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Na expectativa de poder contar com a colaboração do Excelentíssimo Presidente para este pleito, de interesse de nossa Guarda Civil Municipal, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*(Handwritten signature of Flávio de Castro Carvalho)*

**FLÁVIO DE CASTRO CARVALHO**  
Presidente

Excelentíssimo Presidente do Senado David Samuel Alcolumbre Tobelem  
Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF  
CEP 70165-900

Amara, nº 490 Distrito Industrial Dr. Jovenil Forti  
P Cep 13360-000 Caixa Postal 24  
.473/0001-63

[www.camaracapivari.sp.gov.br](http://www.camaracapivari.sp.gov.br)  
[camaracapivari@camaracapivari.sp.gov.br](mailto:camaracapivari@camaracapivari.sp.gov.br)  
Telefone: (19) 3492-9740







# CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI

CAPIVARI CAMARA MUNICIPAL

PROCESSO/VOL 1444/1/2019 DATA PROCESSO: 12/09/2019 13:02

REQUERENTE: ELISEU SERRANO

ASSUNTO: MOÇÃO

COMPLEMENTO: MOÇÃO DE APOIO 030/2019

USUARIO: DEBORA

DT IMPRESSAO: 17/09/2019 08:42

## MOÇÃO DE APOIO Nº 030/2019

(Em Apoio a aposentadoria especial das Guardas Civis Municipais).

A Câmara Municipal de Capivari, através deste Vereador, e com apoio dos demais pares que a compõem, apresenta a presente MOÇÃO DE APOIO a ser encaminhada ao Exmº Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, ao Exmo Sr. Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, solicitando empenho para incluir a Guardas Civil Municipal de Capivari, bem como todas as Guardas de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial na PEC da reforma da previdência brasileira.

A Moção é um mecanismo que nós Vereadores possuímos para externar nossos sentimentos, e hoje o sentimento é de APOIO a Guarda Civil Militar, através da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que inclua as guardas municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especiais.

Ressaltamos a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil, uma vez que estes são indispensáveis a segurança urbana e que a atividade exercida é desgastante, tanto nas áreas física, psicológica e mental, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental, pois a guarda está presente em todas as localidades do município.

Incluir a Guarda Municipal no regime especial da segurança é corrigir uma injustiça que está prevista na proposta da reforma da Previdência, já que eles fazem parte do aparato da segurança pública e têm que desempenhar um papel fundamental nos municípios que possuem esse contingente, trabalhando diretamente para evitar e reprimir aqueles que insistem em cometer atos ilícitos e crimes nas vias públicas e espaços públicos.

Diante deste breve relato, pode-se verificar que os Guardas Municipais se empenham para o atendimento de todo tipo de ocorrência, agem sempre com extrema bravura, profissionalismo e dedicação as suas funções, de zelar pela segurança dos municípios.

Por isso, de forma democrática, ordeira a Guarda Civil Militar, presente em todo o Brasil, estão de acordo e se mobilizam com o intuito de pedir a intermediação desta Casa Legislativa, para que sejam incluídos na aposentadoria especial.





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
CAPIVARI**



Moção nº 030/2019 fl. 02

Diante de todo o exposto, ouvido o plenário e atendidas às formalidades regimentais, apresento Moção de Apoio, no sentido de realmente oferecer nosso apoio aos valorosos Guardas Municipais do Brasil, sendo que após sua aprovação, será dada ciência ao Exmº Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, ao Exmo Sr. Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, com a certeza de que o bom senso prevalecerá.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2019.

**ELISEU SERRANO**

Vereador

ANTÔNIO CLÁUDIO PAZIANOTTO JÚNIOR BRUNO BARNABÉ DA SILVA DENILTON ROCHA DOS SANTOS

EDSON JOSÉ BOMBONATTI

FLÁVIO DE CASTRO CARVALHO

GUACYRO JUSTINO ALFREDO

GILCEANE OROSCO MALTO

JURANDIR PINHEIRO DOS SANTOS

MATEUS SCARSO

NELSON DE SOUSA SOARES

ROGÉRIO MARINI

VALDIR ANTÔNIO VITORINO





Estado da Bahia  
Câmara Municipal de Manoel Vitorino  
CNPJ N.º 63.180.038/0001-03



Manoel Vitorino – Bahia, em 27 de setembro de 2019.

Ofício nº 153/2019

Junte-se ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019

Do: Vereador **Olavo da Silva Meira**.

DD. Presidente da Câmara Municipal de Manoel Vitorino – BA.

Ao: Excelentíssimo Senhor **David Alcolumbre**

DD. Senador - Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Em 22/11/19

Adriana Zaban  
Secretaria-Geral da Mesa Adjunta

Assunto: **Remete Moção.**

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimenta-lo, encaminhamos em anexo, a Vossa Excelência, cópia da **MOÇÃO Nº 01/2019**, aprovada na Sessão Plenária do dia 19 de setembro do corrente ano, de autoria do Vereador Vinicius Costa Bispo de Sena, manifestando apoio a aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional, em razão do alcance social que trará a essa abnegada classe trabalhadora do País.

Sendo só para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe votos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**OLAVO DA SILVA MEIRA**  
PRESIDENTE DA CÂMARA







Estado da Bahia  
Câmara Municipal de Manoel Vitorino  
CNPJ N.º 63.180.038/0001-03



## MOÇÃO N° 01 de 2019.

**ASSUNTO:** Propõe apoio ao texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências

SENHOR PRESIDENTE,

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem; Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante, física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO apela aos mais lícitos representantes da população brasileira com assento no Congresso







**Estado da Bahia**  
**Câmara Municipal de Manoel Vitorino**  
 CNPJ N.º 63.189.038/0001-03



Nacional, com vistas à aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional.

Requer, finalmente, sejam dada ciência do inteiro teor da presente proposição, aos dignos representantes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, respectivamente, DAVI ALCOLUMBRE e RODRIGO MAIA, bem como aos líderes de bancadas com assento no Congresso Nacional, concitando essas dignas autoridades a agilizarem a aprovação do texto da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional, em razão do alcance social que trará a essa abnegada classe trabalhadora do País.

Sala "Fidélis Fernandes Costa", 19 de setembro de 2019.



**VINICIUS COSTA BISPO DE SENA**

Vereador

**MARCELO FERNANDES DE ALENCAR VILAR**  
 VICE-PRESIDENTE

**OLAVO DA SILVA MEIRA**  
 PRESIDENTE DA CÂMARA

**AILTON NASCIMENTO GOMES**  
 1º SECRETÁRIO

**JAIRO CONCEIÇÃO GONÇALVES ESPIRITO SANTO**  
 2º SECRETÁRIO

**ANTÔNIO VENÂNCIO SAMPAIO**  
 VEREADOR

**CLOTIDES BISPO MEIRA**  
 VEREADOR

**GENIVAL ALVES DOS ANJOS**  
 VEREADOR

**UBERLÂNDIO MEIRA BARROS**  
 VEREADOR







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

OFÍCIO N.º 153/2019

Tramandaí, 22 de outubro de 2019.

Assunto: **Encaminha Moção de Repúdio**

Junto-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE:**

Apraz-nos cumprimentar **Vossa Excelência**, na oportunidade em que vimos encaminhar a **MOÇÃO DE REPÚDIO**, aprovada por esta Casa Legislativa na Reunião Ordinária do dia 21 de outubro de 2019.

Sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos a **Vossa Excelência**, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Ver. JOÃO BATISTA DE MATTOS DA ROSA**  
Presidente do Legislativo

**EX.MO SR.**  
**SENADOR DAVI ALCOLUMBRI**  
**MD. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**  
**BRASILIA - DF**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ**



**Moção 0012/2019**

**"MOÇÃO DE REPÚDIO A PEC PARALELA Nº 113/2019"**

AUTOR: LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

ENCAMINHAMENTO: AOS SENADORES DA REPÚBLICA

Exmo. Sr. Presidente:

O(s) Vereador(es) que este subscrive(m), requer(em) a Vossa Excelência que, nos termos regimentais, seja encaminhado o presente Requerimento:

O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve aprovar a seguinte:

**MOÇÃO DE REPÚDIO:**

OS VEREADORES QUE ESTA SUBSCREVEM, VEM A PÚBLICO, MANIFESTAR-SE CONTRA A PEC PARALELA Nº 113/2019, QUE EM SEU CONTEÚDO, CASO APROVADO, IRÁ ACABAR COM A FILANTROPIA NAS ENTIDADES EDUCACIONAIS.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2019.

**João Batista de Mattos da Rosa (PDT)**

**Clairton Neves Sessim (MDB)**

**Clayton Pioner Ramos (PT)**

**Edinilsa Maria Lemos Padilha (PSDB)**

**Eloi da Silva Sessim (PRB)**

Av. Fernandes Bastos, nº 30 - Cep: 95590-000, Centro, Tramandaí - RS

Fone: (51) 3661.4122 - E-mail: [secretaria@camaratramandai.rs.gov.br](mailto:secretaria@camaratramandai.rs.gov.br)







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ



Enio José Dick (MDB)

Fabiano Gomes da Silveira (MDB)

Geraldo Luiz dos Santos (PP)

Jose Jairo Bueno da Silva (PDT)

Juarez Marques da Silva (MDB)

Leandro Silva dos Santos (MDB)

Luiz Machado da Silva (PPS)

Marcelo Bastos Berneira (PP)

Av. Fernandes Bastos, nº 30 - Cep: 95590-000, Centro, Tramandaí - RS

Fone: (51) 3661.4122 - E-mail: [secretaria@camaratramandai.rs.gov.br](mailto:secretaria@camaratramandai.rs.gov.br)

Página 2

[www.camaratramandai.rs.gov.br](http://www.camaratramandai.rs.gov.br)

Protocolo: 1925 / 2019





## Câmara Municipal de Varginha

Ofício Nº: 155/2019/SG

Varginha, 25 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
David Samuel Alcolumbre Tobelem  
Presidente do Senado Federal  
Anexo 2 - Ala Afonso Arinos Gabinete 10  
Praça dos Três Poderes  
Brasília, DF, 70165-900

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

  
**Adriana Zaban**  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

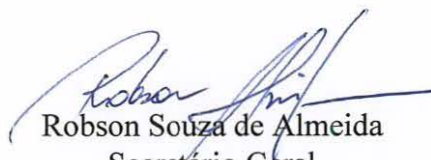
**Assunto: Encaminha Indicação**

Excelentíssimo Senhor,

Com nossos cumprimentos, vimos encaminhar-lhe a V.Exa. cópia da Indicação 410/2018, apresentada nesta Casa Legislativa pelo Vereador e Presidente desta Câmara Municipal Eduardo Benedito Ottoni Filho - Dudu Ottoni, no qual solicita seu apoio no sentido de incluir as Guardas Municipais na PEC que modifica o sistema de Previdência Social.

Certos de sua atenção, antecipadamente agradecemos.

Respeitosamente,

  
**Robson Souza de Almeida**  
Secretário Geral





## Câmara Municipal de Varginha

**Indicação Nº 410/2019**

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Varginha.**

O Vereador que abaixo subscreve vem, na forma regimental, solicitar de Vossa Excelência que encaminhe a presente Indicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente República, Jair Messias Bolsonaro, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Antônio Silva, ao Diretor da Guarda Civil Municipal de Varginha, Orivaldo Mendonça Machado e ao Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais, Carlos Alexandre Braga **para que envidem esforços no sentido de incluir as Guardas Municipais na PEC que modifica o sistema de Previdência Social.**

### JUSTIFICATIVA

**Considerando** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;





## Câmara Municipal de Varginha

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

**Considerando** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

Este Vereador, atual Presidente da Câmara Municipal de Varginha - Minas Gerais, **SOLICITA** que as autoridades elencadas enviem todos os esforços necessários para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Varginha,  
em 18 de setembro de 2019.**

**EDUARDO BENEDITO OTTONI FILHO "Dudu"**  
Vereador

**João Martins Ribeiro**  
JOROZINHO ENFERMEIRO  
VEREADOR - PSC

**Anderson José Firmino**  
BUIÚ DO ÔNIBUS  
VEREADOR - PODE

**Carlos Lucio Ferreira**  
CARLÚCIO MECÂNICO  
VEREADOR - SD

**Carlos Ferreira da Costa Filho**  
CARLOS COSTA  
VEREADOR - MDB

**Pastor Fausto da Silva Franco**  
PASTOR FAUSTO  
VEREADOR - PR

**Fernando Guedes Oliveira**  
VEREADOR - PTB

**Celso Ávila Prado**  
DELEGADO CELSO ÁVILA  
VEREADOR - PSB

**Ednardo Vinhas Ciacci**  
VEREADOR - PP

**Claudio Marcirio Vidal Abreu**  
DR. CLAUDIO ABREU  
VEREADOR - PTB

**Indicação Nº 410/2019**





02010210 (2/50/E)



PREFEITURA DE JACOBINA  
GUARDA MUNICIPAL DE JACOBINA  
C.N.P.J. 29.287.972/0001-90 – Rua Margem Rio do Ouro, 1040, Leader  
Tel.74-3622 2497/3621 5844 **Utilidade Pública 153**  
E-mail: guarda.municipal@jacobina.ba.gov.br



Ofício n. 213/2019

Jacobina, 20 de setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
MD – Presidente do Senado  
NESTA

Junto-se ao processado do  
PEC  
nº 133 de 2019

Em 22/11/19.

*João - Loh*

Assunto: **Inclusão dos guardas municipais na PEC paralela da previdência**

*Refúgio Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Prezado senador,

No ultimo dia 19 de setembro de 2019 a Câmara de Vereadores do município de Jacobina-BA aprovou, em votação unanime, a moção de apoio à inclusão dos guardas municipais na PEC paralela da previdência, onde serão incluídos os estados e municípios.

Sabemos hoje que é impensável que guardas municipais se aposentem com exigências diferentes das demais profissões fixadas no art. 144 da Constituição Federal devidos as competências de segurança pública que nos são exigidos tanto pelo poder público, Legislação e das populações das cidades.

Para não me alongar, peço a Vossa Excelência que se sensibilize com esses profissionais que hoje cuidam bem mais do que do patrimônio público, que cuidam das pessoas e envie para comissão competente para inclusão dos guardas municipais na reforma paralela da previdência.

Atenciosamente,

Guarda Municipal de Jacobina  
Rua Margem rio do Ouro, 1040, Leader  
44700-000 Jacobina - BA - Brasil  
guarda.municipal@jacobina.ba.gov.br  
Fones (74) 3622 2497  
(74) 3621 5844  
**Utilidade Pública - 153**

*Jailson Dias dos Santos*  
Comandante da Guarda Municipal de Jacobina

Jailson Dias dos Santos  
Comandante da Guarda Municipal  
Decreto: 416 de 24/07/2017







Estado da Bahia

# Poder Legislativo do Município de Jacobina

CNPJ. 13.228.077/0001-65 / Telefax (74) 3621.3438

Avenida João Fraga Brandão, 125, Peru.

Jacobina – Bahia

## MOÇÃO DE APOIO 01/2019



A PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECEIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.

**Considerando** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

*Assinatura de Pedro Márcio Carvalho Nascimento*  
 Pedro Márcio Carvalho Nascimento  
 R. ... M. DIAS







Estado da Bahia

# Poder Legislativo do Município de Jacobina

CNPJ. 13.228.077/0001-65 / Telefax (74) 3621.3438

Avenida João Fraga Brandão, 125, Peru.

Jacobina – Bahia

**Considerando** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante

física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

**PROPOMOS** ao Egrégio Plenário, a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

Solicitamos que Cópias sejam enviadas ao Exmo Sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO. Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados RODRIGO MAIA, ao Exmo Sr. Presidente do Senado Federal DAVI ALCOLUMBRI, ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Jacobina, e Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais – CNGM CARLOS ALEXANDRE BRAGA.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2019.

Cecílio Mota dos Santos Junior.  
Vereador autor

*Trago M. Dns Feneira*

*Pedro Mário Carvalho Nascimento*

*Adilson M. Dns*

*Montes*

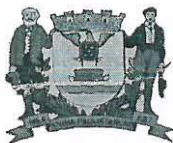
*Romão*

*M. Murano*

*Antonio*

*Beato*

*[Assinatura]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMPARO

Praça Tenente José Ferraz de Oliveira, 179 Centro

13.900-029 AMPARO - SP

Telefax (19) 3807-2466 / 3807-2143

[www.camaraamparo.sp.gov.br](http://www.camaraamparo.sp.gov.br)

Ofício nº 246/2019 caep

Proc. nº 08/2019

00100.141728/2019-81-1 (ANEXO: 001)  
00100 141728/2019-81-1 (ANEXO: 001)  
02010210 (2/60/6)  
Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019  
Em 22/11/19

Amparo, 19 de setembro de 2019

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Exmo. Sr.

**DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM**

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Senado Federal Anexo 2

Ala Afonso Arinos Gabinete 10

**Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900**

Prezado Senhor,

Através do presente, encaminho cópia da **MOÇÃO Nº 08/2019, de autoria do Vereador ANTONIO FERNANDO PEREIRA**, que mereceu a aprovação deste Legislativo, por unanimidade de votos, em sessão ordinária realizada no dia 16 de setembro p.p., para conhecimento de seu teor e providências que julgar necessárias.

Atenciosamente,

**ESEQUIEL PEREIRA DOS SANTOS**  
Presidente







# CÂMARA MUNICIPAL DE AMPARO

Praça Tenente José Ferraz de Oliveira, 179 Centro - 13.900-029 AMPARO - SP

Telefax (19) 3807-2466 / 3807-2143

[www.camaraamparo.sp.gov.br](http://www.camaraamparo.sp.gov.br)

[secretaria@camaraamparo.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraamparo.sp.gov.br)

Nº Protocolo: 846/2019

Nº Processo: 08/2019

Dt. Protocolo: 09/09/2019

PROVADO POR UNANIMIDADE  
S.S. 16 SET 2019  
PRESIDENTE

## MOÇÃO nº 08/2019

De apoio à PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.

**Considerando** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

**Considerando** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMPARO

Praça Tenente José Ferraz de Oliveira, 179 Centro - 13.900-029 AMPARO - SP  
 Telefax (19) 3807-2466 / 3807-2143  
[www.camaraamparo.sp.gov.br](http://www.camaraamparo.sp.gov.br)  
[secretaria@camaraamparo.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraamparo.sp.gov.br)

2

física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

**PROPOMOS** ao Plenário, com fundamento e na forma regimental (arts. 174 a 176), a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

Solicitamos que Cópias sejam enviadas ao Exmº Sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO. Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados RODRIGO MAIA, ao Exmo Sr. Presidente do Senado Federal DAVI ALCOLUMBRE, ao Exmo. Sr. Prefeito do Município Amparo LUIZ OSCAR VITALE JACOB, ao Exmo Sr. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, EDILSON JOSÉ CAMILLO e ao Exmo Sr. Comandante Geral da Guarda Civil Municipal HILDO DORIGAN FILHO e Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais – CNGM CARLOS ALEXANDRE BRAGA.

Sala das Sessões,

Antonio Helió Favoretto  
Vereador

José Osmar Dorigan  
Vereador

Ver. Antonio Bernardo Pereira  
Tustão- "Guardião dos quatro patas"

Geraldo Afonso Moreira Gomes  
Vereador

Luiz Carlos de Oliveira  
Vereador

José Gonçalves dos Santos  
Vereador

Odair Pereira de Oliveira  
Vereador

Esequiel Pereira dos Santos  
Vereador

Celso Manzoni  
Vereador

Gilberto Moreira Piasa Filho  
Vereador

Pedro Maurício Pereira  
Vereador

Catarina Santos Brioso  
Vereadora







00100.151694/2019-32-1 (ANEXO: 001)  
02010210(2/50E)  
**Câmara Municipal de Cajamar**  
*Estado de São Paulo*

Ofício nº 299 – GP

Junta-se ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22 / 11 / 19.

*Adriana Zaban*  
Cajamar, 30 de setembro de 2019.  
Secretaria-Geral de Mesa Adjunta

Senhor Presidente,

Encaminhamos à Vossa Excelência cópia autêntica da Moção de Apoio nº 02/2019, de autoria do nobre Vereador: Feliciano João de Oliveira Neto, apresentada e aprovada na 14ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de setembro de 2019.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**SAULO ANDERSON RODRIGUES**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor,  
**DAVI ALCOLUMBRE**  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
Cep: 70165-900

AV. PROF. WALTER RIBAS DE ANDRADE, 555 - CEP: 07752-000 - CENTRO - CAJAMAR - SP

Tel/Fax: 4446-6148 / 4446-6420 / 4446-6844 / 4446-6066

aracajamar.sp.gov.br

e-mail: cmdc@terra.com.br





Estado de São Paulo  
www.camaracajamar.sp.gov.br

## **Moção de Apoio 02 / 2019**

### **Concessão de aposentadoria especial para guarda municipais**

Manifesta apoio ao congresso nacional para reconhecimento de toda atividade da natureza policial exercida pela guarda municipal

O texto da reforma da previdência não se estendeu aos guardas municipais, a regra diferenciada estabelecida para os servidores policiais, previstos nos incisos do artigo 144 da constituição federal de 1988, às policiais legislativas, aos agentes penitenciários e aos agentes sócio educativos, então precisamos valorizar guardas municipais não só de Cajamar SP, mas de todo o Brasil. Por isso estamos solicitando ao deputado federal nos apoie nesta luta.

Esta moção de apoio é para a inclusão na PEC da Previdência para aposentadoria com os mesmos direitos que as dos policiais.

A guarda municipal principalmente em Cajamar SP, exerce a função de segurança pública, fazendo patrulhamentos, rondas, combate ao tráfico de drogas, preservação do patrimônio público e atendendo a população no que vem sendo solicitado.

É notório que nossos guardas municipais estão expostos aos riscos, conforme o exercício das funções, por isso acredito que os guardas municipais devemos ser incluídos nestas novas regras.

Manifesto meu apoio e reivindico providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua aposentadoria especial inclusa na PEC da Reforma da Previdência, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal.

A câmara municipal de Cajamar roga apoio ao congresso nacional, no sentido de reconhecer para fins previdenciários e afins a atividade da natureza policial exercida pela Guarda Municipal de Cajamar.







# Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo  
www.camaracajamar.sp.gov.br

Diante de tais considerações e dentro das normas regimentais desta Casa, apresento a presente MOÇÃO, sob apreciação do Plenário, esta Moção de APOIO aos guardas municipais de Cajamar SP, tenham sua aposentadoria especial inclusa na PEC da Reforma da Previdência.

Requeremos outrossim, que seja encaminhado copia da presente propositura sejam encaminhados ao Presidente do Senado Federal Exmo. Senador Davi Alcolumbre, no palácio do Congresso nacional, Praça dos Três Poderes – Brasília DF CEP 70165-900 e ao Presidente da Câmara dos deputados Federais, Exmo. Deputado Rodrigo Maia – Palácio do congresso Nacional - Praça dos Três Poderes – Brasília DF CEP 70160-900

Dê-se ciência desta deliberação a:

1. Sr. Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados;
2. Sr. Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal;

Plenário Waldomiro dos Santos, 18 de setembro 2019

  
**Feliciano Joao de Oliveira Netto**  
Vereador

Câmara dos Deputados  
Palácio do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF  
CEP 70160-900

Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
Brasília DF  
CEP 70165-900

## CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

PROTOCOLO  
1220/2019

DATA  
19/09/2019 09:58

USUARIO  
MARTHA

AV. PROF. WALTER RIBAS DE ANDRADE, 555- CEP 07752-000 – CENTRO – CAJAMAR – SP  
TEL/FAX: 4446-6148 / 4446-6420 / 4446-6844 / 4446-6066





# Câmara Municipal de Arapongas

## Estado do Paraná

Ofício nº 317/2019

Arapongas, 17 de setembro de 2019.

Junta de processado do  
PEC  
nº 133 de 2019

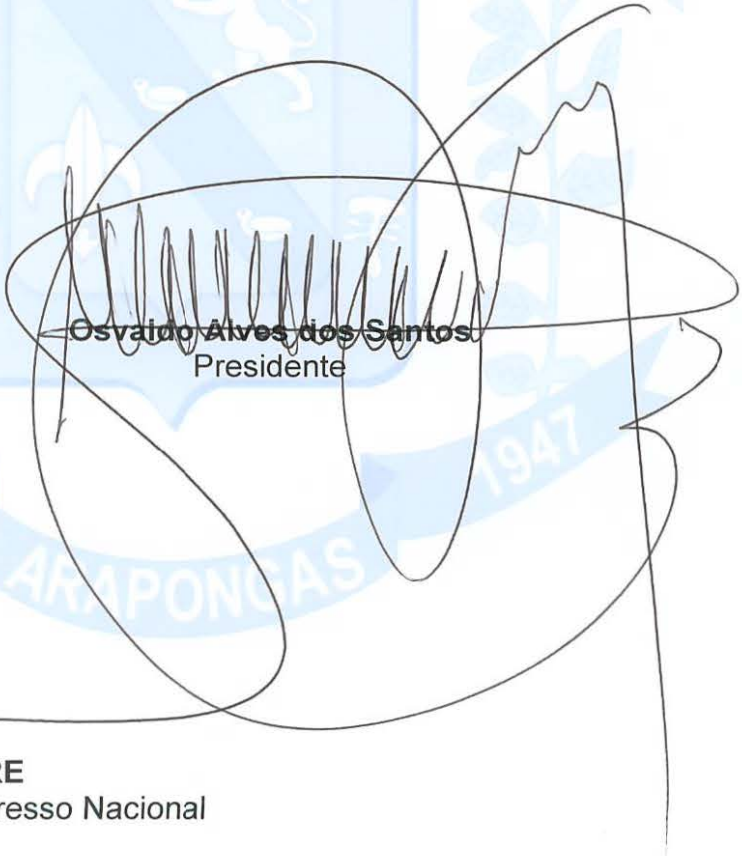
Em 22 / 11 / 19.

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Senhor Presidente:

O Poder Legislativo Municipal, tendo acolhido proposição de iniciativa dos Vereadores Agnelson Galassi, Antônio Carlos Chavioli, Levi Aparecido Xavier, Márcio Antônio Nickenig, Miguel Messias, Osvaldo Alves dos Santos, Paulo César de Araújo e Rubens Franzin Manoel, desta Casa de Leis, na Sessão Plenária realizada dia 16 de setembro de 2019, vem à presença de Vossa Excelência encaminhar cópia xerográfica do requerimento 140/2019.

Com expressões de apreço e distinta consideração.

  
Osvaldo Alves dos Santos  
Presidente

Exmo. Sr.  
**DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília - DF.





# Câmara Municipal de Arapongas

Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 140/2019

Senhor Presidente;  
Senhores (as) Vereadores (as):

Câmara Municipal de Arapongas - PR



PROTOCOLO GERAL 2021/2019  
Data: 06/09/2019 - Horário: 15:50  
Legislativo - REQ 140/2019

Os Vereadores subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, vêm, à presença de Vossas Excelências, ouvido o Plenário, requerer que seja encaminhado ofício ao CONGRESSO NACIONAL, no seguinte sentido:

Considerando-se que, os Guardas Municipais estão inseridos no Capítulo da Segurança Pública na Constituição Federal de 1988, no parágrafo 8º do Art. 144, atuando na proteção dos bens, serviços e instalações do Município;

Considerando-se que, o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/14) disciplinou o § 8º do Artigo 144 da CF/88, incumbindo às Guardas Municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas, a função de proteção municipal preventiva, ressalvada as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando-se que, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que disciplinou o § 7º do Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, prevê em seu art. 2º, que a "Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um", figurando a Guarda Municipal, como órgão operacional juntamente com as demais Polícias;





# Câmara Municipal de Arapongas

Estado do Paraná

Considerando-se que, a Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento prevê o porte de arma de fogo para as Guardas Municipais;

Considerando que as atividades de Segurança Pública, implicam necessariamente em vigor físico e psíquico para prática de detenções e encaminhamentos necessários, primando sempre pelo uso progressivo da força, conforme se preconiza toda a doutrina e normas aplicadas a função;

Considerando que os guardas municipais figuram entre os profissionais da Segurança Pública, que apresentaram mais mortes em serviço ou em decorrência dele, nos últimos anos, conforme dados da Ordem dos Policiais do Brasil;

Considerando-se que, por decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 654432/GO, o plenário da corte entendeu que os guardas municipais executam atividade de segurança pública (art. 144, §8º, da CF), essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade, desta forma, sujeitam-se a restrição ao exercício do direito de Greve, mesmo impedimento aplicado as carreiras policiais;

Considerando ainda, que o Supremo Tribunal Federal, na análise dos Mandados de Injunção 6770,6773,6780,6874 e 6515 entendeu que compete ao Congresso Nacional legislar sobre o tema da aposentadoria pela atividade de risco desempenhada pelos guardas municipais; e Considerando que a Guarda Municipal de Arapongas, criada por meio da Lei Municipal 3.276/2006 desempenha função pública essencial à manutenção da ordem pública, da paz social e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, em especial de bens, serviços e instalações do Município.

“Os Vereadores APELÃO ao Congresso Nacional, no sentido de reconhecer para fins previdenciários e afins a atividade de natureza policial exercida pelos guardas municipais”.







# Câmara Municipal de Arapongas


Estado do Paraná

Nestes termos,

P. aprovação e encaminhamento.


Arapongas, 03 de setembro de 2019.

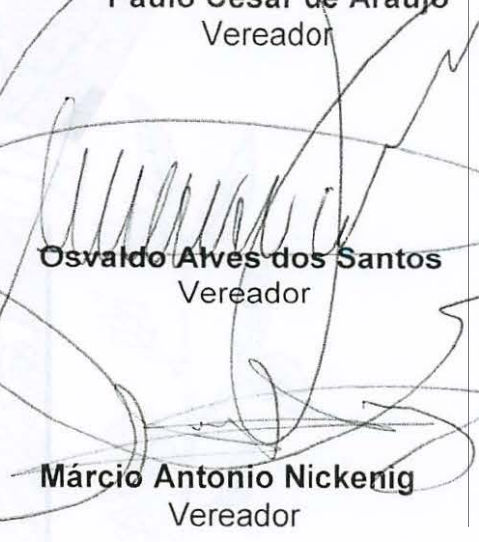
  
Miguel Messias Gomes  
Vereador


  
Paulo César de Araujo  
Vereador

  
Rubens Franzin Manoel  
Vereador

  
Osvaldo Alves dos Santos  
Vereador

  
Levi Aparecido Xavier  
Vereador

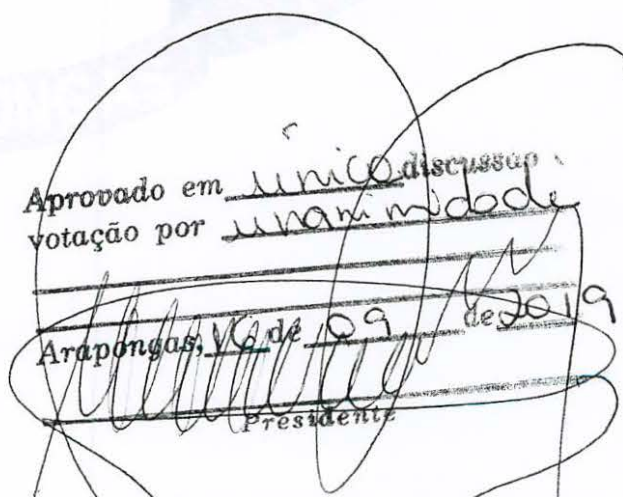
  
Márcio Antonio Nickenig  
Vereador

  
Agnelson Galassi  
Vereador

  
Antonio Carlos Chavioli  
Vereador

Aprovado em única discussão  
votação por unanimidade

Arapongas, 03 de 09 de 2019

  
Presidente







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA PADRE TARALLO, 832 (CENTRO) - FONE/FAX (16) 3262-1322 - CEP 14.900-000

[www.camaraitapolis.sp.gov.br](http://www.camaraitapolis.sp.gov.br) - [camara@camaraitapolis.sp.gov.br](mailto:camara@camaraitapolis.sp.gov.br)

Ofício 356/2019 - PL

Itápolis, 17 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

**DAVI ALCOLUMBRE**

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília DF - CEP 70165-900

Junte-se ao processo do  
PEC

nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*Adriana Zaban*

Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Assunto: **Encaminha moção 39/2019**

Excelentíssimo Senhor,

Na Sessão Legislativa Ordinária da Câmara Municipal de Itápolis, realizada em 16 de setembro de 2019, foi apresentada pelo vereador Rodrigo Fernando Novelli a MOÇÃO Nº 39/2019 que trata sobre Apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que inclua as guardas municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial.

Sendo assim, encaminho, em anexo, cópia da referida Moção, a fim de que possa tomar conhecimento do inteiro teor da mesma.

Apresento elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**PROFESSOR ANTÔNIO CRUZ**  
Presidente da Câmara Municipal







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA PADRE TARALLO, 832 (CENTRO) - FONE/FAX (16) 3262-1322 - CEP 14.900-000

[www.camaraitapolis.sp.gov.br](http://www.camaraitapolis.sp.gov.br) - [camara@camaraitapolis.sp.gov.br](mailto:camara@camaraitapolis.sp.gov.br)

Câmara Municipal de Itápolis

Nº: 0564 / 2019

Responsável: Clayton Alexandre Mercúrio

Data: 13/09/2019 | Hora: 12:40:59

## MOÇÃO Nº 39/2019 – APOIO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS – SP:**

**RODRIGO FERNANDO NOVELLI**, Vereador da Câmara Municipal de Itápolis, **REQUER**, satisfeitas as formalidades Regimentais, que se aprove a presente Moção de Apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que **INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MÉRECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL**.

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido, garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA PADRE TARALLO, 832 (CENTRO) - FONE/FAX (16) 3262-1322 - CEP 14.900-000

[www.camaraitapolis.sp.gov.br](http://www.camaraitapolis.sp.gov.br) - [camara@camaraitapolis.sp.gov.br](mailto:camara@camaraitapolis.sp.gov.br)

ambiental, pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

PROPOMOS ao Egrégio Plenário a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.

REQUER, por fim, que cópia da presente, após aprovada pela Câmara, seja remetida aos Excelentíssimos Senhores Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República, Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal e Carlos Alexandre Braga, Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais – CNGM, dando a eles ciência da manifestação desta casa.

*Sala das Sessões "Presidente Dr. Emílio  
Salin Haddad", em 13 de setembro 2019*

  
**RODRIGO FERNANDO NOVELLI**  
Vereador







# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

00100.141051/2019-81-1 (ANEXO: 001)  
02010210(2/30/E)

Ofício nº 358/2019-CM/LEG

Toledo, 17 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado  
Praça dos Três Poderes  
Brasília – Distrito Federal  
70165-900

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19

*Adriana Zaban*

Secretária-Geral da Mesa Adjunta

**Assunto:** Moção de Apoio.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado,

Face à acolhida unânime, na Trigésima primeira sessão ordinária realizada no dia 16 de setembro, do Requerimento nº 305, de 2019 (cópia anexa), de iniciativa dos Parlamentares Marli do Esporte, Ademar Dorfschmidt, Ailton Savello, Ascânio Butzge, Corazza Neto, Edmundo Fernandes, Genivaldo Paes, Marly Zanete, Pedro Varela, Walmor Lodi e do Vereador que adiante subscreve o presente, esta Câmara Municipal tem satisfação de manifestar Moção Apoio à inclusão da Guarda Municipal de Toledo- PR e de todas as cidades brasileiras, na aposentadoria especial da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Respeitosamente,

ANTONIO ZÓIO  
Presidente da Câmara Municipal





# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

## REQUERIMENTO Nº 305/2019

Moção de Apoio à inclusão da Guarda Municipal de Toledo- PR e de todas as cidades brasileiras, na aposentadoria especial da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Senhor Presidente,

Os Vereadores que este subscrevem, nos termos do artigo 162 do Regimento Interno,

### REQUEREM

a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Exmº Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, localizado a SHTN Palácio da Alvorada - Brasília, DF, 70150-000, e ao Exmo Sr Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, localizado a Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 manifestando o Apoio desta Casa de Leis à inclusão da Guarda Municipal de Toledo-PR e de todas as cidades brasileiras, na aposentadoria especial da PEC que modifica o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil, a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais, os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental, pois a guarda está presente em todas as localidades do município.

Manifestamos nosso apoio e reivindicamos providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua aposentadoria especial inclusa

Centro Cívico Presidente Tancredo Neves  
Rua Sarandi, 1049 - CEP 85900-030  
Fone (45) 3379-5900  
[www.toledo.pr.leg.br](http://www.toledo.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

na PEC da Reforma da Previdência, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal.

SALA DAS SESSÕES, 10 de setembro de 2019.

  
MARLI DO ESPORTE

  
ADEMAR DORFSCHMIDT

  
AIRTON SAVELLO

  
ANTONIO ZÓIO

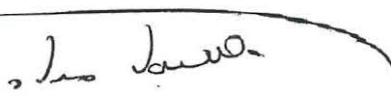
  
ASCÂNIO BUTZGE

  
CORAZZA NETO

  
EDMUNDO FERNANDES

  
GENIVALDO PAES

  
MARLY ZANETE

  
PEDRO VARELA

  
WALMOR LODI

**APROVADO**

Sala das sessões, 16 / 09 / 19

  
Presidente

REQUERIMENTO Nº 305/2019

Centro Cívico Presidente Tancredo Neves  
Rua Sarandi, 1040 - CEP 85900-030  
Fone (45) 3379-5900  
[www.toledo.pr.leg.br](http://www.toledo.pr.leg.br)





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

OFÍCIO 410/2019

Itapeva, 17 de setembro de 2019.


Prezado Senhor:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria as proposições apresentadas e aprovadas na 57ª Sessão Ordinária desta Casa de Leis.

Junto-se ao processado do  
PEC

nº 133, de 2019.

Em 22 / 11 / 19.

  
Adriana Zaban  
Mesa-geral da Mesa Adjunta

Débora Marcondes

Moção 9/2019

Sem outro particular para o momento, subscrevo-me, renovando protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



OZIEL PIRES DE MORAES  
PRESIDENTE

Ilmo. Senhor  
Davi Alcolumbre  
DD. Presidente do Senado Federal  
Senado Federal





## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

### **MOÇÃO 0009/2019**

Apresentamos à Mesa, observadas as formalidades regimentais, ouvido o Plenário, **Moção de Apelo ao Congresso Nacional para reconhecimento da atividade de natureza policial exercida pelos guardas municipais.**

#### **JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, Considerando-se que, os Guardas Municipais estão inseridos no Capítulo da Segurança Pública na Constituição Federal de 1988, no parágrafo 8º do Art. 144, atuando na proteção dos bens, serviços e instalações do Município; Considerando-se que, o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/14) disciplinou o § 8º do Artigo 144 da CF/88, incumbindo às Guardas Municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal; Considerando-se que, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que disciplinou o § 7º do Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, prevê em seu art. 2º, que a “Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um”, figurando a Guarda Municipal, como órgão operacional juntamente com as demais Polícias; Considerando-se que, a Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento prevê o porte de arma de fogo para as Guardas Municipais; Considerando que as atividades de Segurança Pública, implicam necessariamente em vigor físico e psíquico para prática de detenções e encaminhamentos necessários, primando sempre pelo uso progressivo da força, conforme se preconiza toda a doutrina e normas aplicadas a função; Considerando que os guardas municipais figuram entre os profissionais da Segurança Pública, que apresentaram mais mortes em serviço ou em decorrência dele, nos últimos anos, conforme dados da Ordem dos Policiais do Brasil; Considerando-se que, por decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 654432/GO, o plenário da corte entendeu que os guardas municipais executam atividade de segurança pública (art. 144, §8º, da CF), essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade, desta forma, sujeitam-se a restrição ao exercício do direito de Greve, mesmo impedimento aplicado as carreiras policiais; Considerando ainda, que o Supremo Tribunal Federal, na análise dos Mandados de Injunção 6770,6773,6780,6874 e 6515 entendeu que compete ao Congresso Nacional legislar sobre o tema da aposentadoria pela atividade de risco







## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

desempenhada pelos guardas municipais; e Considerando que a Guarda Municipal do Município de Itapeva, criada por meio da Lei Municipal nº 1124/1998, desempenha função pública essencial à manutenção da ordem pública, da paz social e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, em especial de bens, serviços e instalações do Município. E que no ano de 2018 atendeu mais mil ocorrências voltadas a Segurança Pública de nossa cidade. Requeiro, outrossim, que cópias da presente propositura sejam encaminhadas ao Presidente do Senado Federal, Exmo. Senador Davi Alcolumbre, no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 e ao Presidente da Câmara dos Deputados Federais, Exmo. Deputado Rodrigo Maia, Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900. Nada mais, reteiro protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 13 de setembro de 2019.

|  |   |  |
|--|---|--|
| <br><b>DÉBORA MARCONDES</b><br>VEREADORA - PSDB     | <br><b>DR. PEDRO CORREA</b><br>VEREADOR - PSD      | <br><b>EDIVALDO NEGÃO</b><br>VEREADOR - PSD         |
| <br><b>JEFERSON MODESTO SILVA</b><br>VEREADOR - MDB | <br><b>LAERCIO LOPES</b><br>VEREADOR - MDB        | <br><b>MARCIO SUPERVISOR</b><br>VEREADOR - PSDB      |
| <br><b>MARINHO NISHIYAMA</b><br>VEREADOR - MDB      | <br><b>OZIEL PIRES DE MORAES</b><br>VEREADOR - PTB | <br><b>RODRIGO TASSINARI</b><br>VEREADOR - DEM      |
| <br><b>SIDNEI LARA</b><br>VEREADOR - PP             | <br><b>TIÃO DO TÁXI</b><br>VEREADOR - PR           | <br><b>TONI DO COFESA</b><br>VEREADOR - PSDB         |
| <br><b>VANESSA GUARI</b><br>VEREADORA - MDB         | <br><b>WILIANA SOUZA</b><br>VEREADORA - PR         | <br><b>WILSON ROBERTO MARGARIDO</b><br>VEREADOR - PP |



00100.137761/2019-14  
02.01.02.10  
(2/001E)**Marcelo de Almeida Frota**

**De:** Secretaria Geral <secretaria.geral@anajure.org.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 19 de setembro de 2019 08:31  
**Para:** Sen. Davi Alcolumbre; Presidência  
**Cc:** felipe.augusto@anajure.org.br; presidente@anajure.org.br  
**Assunto:** ANAJURE | Ofício | Nota Pública Retirada da Imunidade das Entidades Filantrópicas  
**Anexos:** ANAJURE.Oficio.RetiradaImunidadeEntidadesFilantropicas.pdf;  
 ANAJURE.Nota\_PECPrevidencia.EntidadesFilantropicas.pdf

Junto-se ao processado do  
 PEC  
 nº 133, de 2019.

Em 22/11/19

Adriana Zaban  
 Secretária Geral da Mesa Adjunta

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE, vem, no âmbito de sua missão institucional de promoção das Liberdades Cíveis Fundamentais, encaminhar, respeitosamente, **Nota Pública sobre a retirada da Imunidade das Entidades Filantrópicas em relação à Contribuição Previdenciária, no âmbito da Reforma da Previdência**, elaborada por uma comissão de juristas, membros da organização, que se dedicam profissional e academicamente ao tema.

Em suma, a ANAJURE se posiciona contrariamente ao dispositivo proposto para compor PEC Paralela que retira a imunidade constitucional das entidades filantrópicas no tocante à contribuição previdenciária, uma vez que tais instituições prestam serviços de alta relevância e que limitá-las significa prejudicar diretamente a sociedade brasileira.

Agradecidos pela atenção, renovamos nossos votos de estima e respeito.

Secretaria - ANAJURE





**ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos**

[www.anajure.org.br](http://www.anajure.org.br)

*“Em Defesa das Liberdades Cíveis Fundamentais”*

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>Ofício nº</b> | 728/2019   |
| <b>De</b>        | Presidência do Conselho Diretivo Nacional da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)   |
| <b>Para</b>      | Excelentíssimo Senhor Davi Alcolumbre  |
| <b>Assunto</b>   | Encaminhamento da Nota Pública da ANAJURE sobre a retirada da Imunidade das Entidades Filantrópicas em relação à Contribuição Previdenciária, no âmbito da Reforma da Previdência. |

Brasília, DF – 19 de setembro de 2019.

**Ao Excelentíssimo Senhor Davi Alcolumbre,**

*Presidente do Senado Federal do Brasil.*

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE, vem, no âmbito de sua missão institucional de promoção das Liberdades Cíveis Fundamentais, encaminhar, respeitosamente, **Nota Pública sobre a retirada da Imunidade das Entidades Filantrópicas em relação à Contribuição Previdenciária, no âmbito da Reforma da Previdência**, elaborada por uma comissão de juristas, membros da organização, que se dedicam profissional e academicamente ao tema.

Em suma, a ANAJURE se posiciona contrariamente ao dispositivo proposto para compor PEC Paralela que retira a imunidade constitucional das entidades filantrópicas no tocante à contribuição previdenciária, uma vez que tais instituições prestam serviços de alta relevância e que limitá-las significa prejudicar diretamente a sociedade brasileira.

Agradecidos pela atenção, subscrevemos este Ofício renovando nossos votos de estima e respeito.

Para dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar: [secretaria@anajure.org.br](mailto:secretaria@anajure.org.br); [presidente@anajure.org.br](mailto:presidente@anajure.org.br); (83) 99626-4100.

Respeitosamente,

**Dr. Uziel Santana**

**Presidente do Conselho Diretivo Nacional da ANAJURE**





**SOBRE A ANAJURE** - Entidade brasileira composta por operadores do direito integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, das Procuradorias Federais e Estaduais, assim como Professores e estudantes de todo o país, estando presente em 24 Estados da República Federativa Brasileira, e tem como lema a “Defesa das Liberdades Cíveis Fundamentais”, em especial, a Liberdade Religiosa, de Expressão e a Dignidade da Pessoa Humana. A ANAJURE também é filiada a instituições internacionais que trabalham em defesa das liberdades cíveis fundamentais em todo o mundo, como a Federação Interamericana de Juristas Cristãos e a Religious Liberty Partnership.





## NOTA PÚBLICA SOBRE A RETIRADA DA IMUNIDADE DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NO ÂMBITO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Conselho Diretivo Nacional da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – **ANAJURE** – no uso das suas atribuições estatutárias e regimentais, vem, através do presente expediente, expor aos órgãos e entidades públicas e à sociedade brasileira o seu posicionamento sobre as mudanças propostas no parecer apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, Relator da PEC n. 6/2019, no tocante à reforma da previdência.

### I – DA SÍNTESE DOS FATOS

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 6/2019 foi apresentada pelo Presidente da República, com a finalidade de modificar o sistema de previdência social e estabelecer regras de transição e disposições transitórias.

A discussão a respeito da reforma da previdência ganha proeminência em vista do cenário de transição demográfica pelo qual o Brasil passa, com mudança nos arranjos sociais e familiares. Tais situações promovem o aumento da expectativa de vida e o crescimento da população idosa, em contraponto a uma queda da taxa média de fecundidade, o que significa progressivamente uma diminuição da receita e um aumento na duração dos benefícios (despesas).

Nesse contexto, as estatísticas apontam para uma necessidade premente de reforma no modelo previdenciário atualmente em vigor. Segundo o Ministério da Economia, os valores pagos em aposentadorias, pensões e benefícios, em 2019, no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União estão com um déficit de R\$ 290 bilhões.





Sob tais circunstâncias é que a proposta presidencial tem avançado no processo legislativo. Após apreciação da Câmara dos Deputados, a PEC foi aprovada em segundo turno, pela referida casa, no dia 7 de agosto.

Encaminhada ao Senado Federal, a proposta passará pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No âmbito da referida Comissão, o Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) elaborou parecer sobre a matéria, o qual será lido nesta quarta (28/08). Na próxima quarta-feira (04/09), segundo a presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet (MDB-MS), haverá período para discussão e votação da proposta, que, posteriormente, será enviada ao presidente do Senado, a quem caberá incluir a matéria na pauta do Plenário<sup>1</sup>.

O parecer do Senador Tasso Jereissati propôs a supressão de alguns dispositivos, tidos por equivocados, da PEC n. 6/2019 e a apresentação de uma PEC paralela, com a finalidade de que essa possa incluir Estados, DF e Municípios na Reforma da Previdência e traga outras alterações. O propósito do relator é garantir a promulgação célere da reforma, uma vez que o texto recebido da Câmara dos Deputados ao sofrer supressões que não alteram seu sentido não precisa retornar a essa casa. Assim, matérias que demandariam novas discussões na Câmara seriam tratadas em apartado, por meio da PEC paralela.

Dentre as supressões propostas, há medidas que produzem impactos financeiros, como é o caso da rejeição da constitucionalização do critério previsto em lei para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>2</sup>, e da retirada de parágrafo que eleva o número de pontos necessários à aposentadoria de trabalhadores que atuam em condições especiais prejudiciais à saúde.

Em virtude dessas modificações que reverberam na economia, o Relator propôs algumas medidas compensatórias, que, segundo Tasso Jereissati, atingem benefícios de grupos econômicos que podem arcar com as contribuições. É nesse contexto que o senador menciona as entidades filantrópicas, as quais, segundo ele, oferecem pouca contrapartida à sociedade, especialmente no setor de educação. No parecer, propõe, portanto, a “cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde com capacidade financeira enquadradas como filantrópicas,

<sup>1</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/27/relatorio-da-previdencia-sera-lido-na-ccj-nesta-quarta-feira-segundo-simone-tebet>

<sup>2</sup> A Lei n. 8.742/1993 define critério de incapacidade de provisão da própria subsistência a aferição de renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo (art. 20, § 3º).



sem afetar as Santas Casas e as entidades de assistência”. A modificação foi incluída na minuta da PEC paralela.

Após a exposição acima, pretendemos passar à análise da mudança proposta pelo Relator da PEC na CCJ no que diz respeito às entidades filantrópicas.

## II – DA POSIÇÃO INSTITUCIONAL DA ANAJURE

Nos moldes da PEC paralela proposta pelo Senador Tasso Jereissati, a Constituição Federal passaria a vigorar sob os seguintes termos:

Art. 195. (...) § 7º Não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, serviços nas áreas da assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário.

A pretensão incutida na proposta é a de restringir o campo de imunidade tributária que alcança as entidades filantrópicas, limitando tal medida apenas as que prestem serviços nas áreas da assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário, excluindo, portanto, as entidades educacionais, ou mesmo vinculadas à saúde, que não se encaixem nessa exigência.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal havia firmado entendimento, na ADI n. 2028 e conexas, de que as entidades beneficentes de assistência social, incluindo as que prestam serviços na saúde e na educação, caso das instituições filantrópicas, podem usufruir da imunidade tributária referente às contribuições previdenciárias, desde que atendidos requisitos previstos em Lei Complementar<sup>3</sup>.

Na contramão, a PEC paralela propõe a instituição gradual de contribuições previdenciárias incidentes sobre instituições filantrópicas e causará grandes impactos não somente nas atividades dessas entidades, mas também em toda a população, que é diretamente beneficiada pela atuação dos grupos de filantropia.

Em que pese a afirmação do Relator, em seu parecer, no sentido de que o serviço prestado pelas entidades filantrópicas seria socialmente irrelevante, há estatísticas que evidenciam os efeitos positivos das ações postas em prática por essas instituições.

A exemplo disso, citamos informação apresentada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), com base em dados governamentais, que indicam o retorno médio para a sociedade de R\$ 5,92 a cada R\$ 1,00 de renúncia de arrecadação do governo para

<sup>3</sup> <http://fonif.org.br/noticias/stf-reconhece-que-a-regulamentacao-das-imunidades-tributaria-das-instituicoes-filantropicas-cabe-apenas-a-lei-complementar/>





instituições filantrópicas através do CEBAS. O FONIF informa que 31,9% dos alunos matriculados em instituições filantrópicas do ensino superior são bolsistas. As instituições filantrópicas ainda são responsáveis por 62,7% das vagas privadas ofertadas em assistência social e de forma totalmente gratuita<sup>4</sup>. Na saúde, 40% dos serviços do SUS são ofertados por estabelecimentos filantrópicos, havendo 1.731 municípios brasileiros com instituições dessa espécie. Desses municípios, 55,9% têm apenas esse tipo de hospital. Ressalte-se, ainda, que 58,95% de todas as internações de alta complexidade no SUS são realizadas por hospitais filantrópicos: 69,35% de rádio e quimioterapias e 58,14% de transplantes de órgãos e tecidos<sup>5</sup>.

O impacto para a sociedade é, portanto, notório. Mas há que se destacar, também, que o trabalho das instituições filantrópicas, em especial as de ensino superior, produzem efeitos positivos no tocante à previdência, visto que a contribuição previdenciária mensal do empregado com ensino médio completo equivale a R\$ 563,84 e a do empregado com ensino superior completo corresponde a R\$ 1.768,43<sup>6</sup>. Ou seja, dificultar a atuação dessas entidades por meio da exclusão de sua imunidade constitucional, na tentativa de compensar gastos previdenciários, importa, na verdade, em prejuízos para a arrecadação da própria previdência, uma vez que, com menos recursos, essas instituições de ensino terão condições mais parcas de investir na formação de novos profissionais com ensino superior, os quais contribuem com valores mais significativos.

Diante das informações trazidas, entendemos que, embora haja a necessidade de se equilibrar as contas públicas, principalmente no tocante à previdência, é preciso agir de forma prudente. Na situação específica das instituições filantrópicas é preciso verificar mais do que a possibilidade de compensar outros gastos públicos através da extinção de sua imunidade, sendo imprescindível, também, aferir os efeitos produzidos por tal ato, pois não é razoável buscar solucionar um problema – o déficit previdenciário – gerando outro – a obstrução do acesso da população a serviços básicos prestados, muitas vezes, unicamente por entidades filantrópicas.

### III – DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, a ANAJURE se posiciona contrariamente ao dispositivo proposto para compor PEC Paralela que retira a imunidade constitucional das entidades filantrópicas no tocante

<sup>4</sup> Os dados acima expostos foram apresentados pelo Presidente do FONIF em audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, no dia 05/04/2018, e podem ser acessados através do seguinte link: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/a7a8c461-5825-4de0-b743-b219e7e383fe>.

<sup>5</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/05/isencoes-fiscais-para-filantropicas-geram-retorno-social-e-economico-afirmam-debatedores>

<sup>6</sup> <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/a7a8c461-5825-4de0-b743-b219e7e383fe>.



à contribuição previdenciária, uma vez que tais instituições prestam serviços de alta relevância e que limitá-las significa prejudicar diretamente a sociedade brasileira.

Brasília, 28 de agosto de 2019.

**Uziel Santana**  
**Presidente do Conselho Diretivo Nacional**  
**Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)**







SENADO FEDERAL  
Presidência

OFÍCIO Nº 1353/2019/PRESID

Brasília, 27 de setembro de 2019.

Ao Senhor

**Uziel Santana**

Presidente do Conselho Diretivo Nacional da ANAJURE

Setor Bancário Sul, QD 02, LT 15, BL E - Edifício Prime, Sala 601,  
70070-120 Brasília/DF

**Assunto: Moção nº 003/2019.**

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 728/2019, de 19 de setembro de 2019, dessa Presidência, pelo qual se encaminha Nota pública da ANAJURE sobre a retirada da Imunidade das Entidades Filantrópicas em relação à Contribuição Previdenciária, no âmbito da Proposta de Emenda Constitucional nº 6, de 2019, que “Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências”, destaco que toda manifestação, em forma de crítica ou sugestão, constitui pilar do genuíno processo democrático. Nesse sentido, será, por óbvio, encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para posterior envio à Comissão pertinente, na qual a proposta estiver sob análise naquele momento.

Atenciosamente,

**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - [presidente@senado.leg.br](mailto:presidente@senado.leg.br) - <http://www.senado.leg.br>





## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Ofício nº 767/2019 - G.P.

Processo CM nº 4766

00100.141463/2019-11-1  
04020408(2/50/E)

Junto-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.  
Em 22/11/19.

Santo André, 13 de setembro de 2019.

*Marina Babini*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

A Sua Excelência o Senhor Presidente  
Davi Alcolumbre  
Senado Federal do Brasil  
Praça dos Três Poderes  
70165-900 Brasília - DF

Assunto: **Moção de Repúdio**

Excelentíssimo Senhor Senador,

Comunicamos-lhe que este Legislativo andreense, em sessão realizada no dia 12/09/2019, aprovou Requerimento de autoria dos vereadores **Fábio dos Santos Lopes - Dr. Fábio Lopes, André Luiz Paulo Scarpino - Scarpino Defensor, Ivanildo Pereira Lôbo - Sargento Lôbo, Ronaldo de Castro, Marcos Rodrigues Pinchari - Dr. Marcos Pinchari, Jorge Kiomassa Kina - Jorge Kina e Rodolfo Silva Donetti - Rodolfo Donetti.**

Tal requerimento, cuja cópia anexamos, apresenta **MOÇÃO DE REPÚDIO** a sobre a proposta da PEC Paralela da Previdência, de lavra do Senador Tasso Jereissati, cuja meta é extinguir a filantropia das entidades assistenciais no país.

Respeitosamente,

**Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro**  
Presidente

Solicitamos que, caso a resposta a este ofício seja realizada por meio eletrônico, que seja encaminhada ao endereço: **protocolo@cmsandre.sp.gov.br**

ntificador: 36003400350037003A00540052004100 Conferência em <http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>.

ocumento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

## MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO sobre a proposta da PEC Paralela da Previdência, de lavra do Senador Tasso Jereissati, cuja meta é extinguir a filantropia das entidades assistenciais no país.

Senhor Presidente

Manifestamos repúdio à proposta de Projeto de Emenda à Constituição, de lavra do Senador Tasso Jereissati, conhecida como PEC Paralela da Previdência, cuja meta é extinguir a filantropia das entidades assistenciais no país.

Como é de notório saber público, essa Emenda Constitucional nº 6/2019 tem por objeto a modificação do sistema da previdência social e o estabelecimento de regras de transição para os segurados.

No dia 04 de setembro do ano corrente, foi aprovada proposta de emenda à Constituição que inclui a retirada do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) para entidades filantrópicas que desenvolvam serviços de educação e saúde, exceto as Santas Casas de Misericórdias. Neste momento, é importante lembrar que o setor filantrópico desempenha um importante trabalho em parceria com o Estado, atendendo de forma gratuita e altamente qualificada milhões de brasileiros nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Diz a atual redação da norma que: CF Art. 195 "§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei". Pelo texto apresentado, a mesma regra ganharia as seguintes linhas: **"§ 7º Não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário".**

Contrapondo-se ao pensamento do Senador Tasso Jereissati, relator da proposta, a pesquisa "A Contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil", divulgada pelo FONIF no começo de 2019, demonstra o impacto das atividades da filantropia para o país. Dados do estudo, realizado com base em informações oficiais dos ministérios que regulam o setor, apontam que a cada R\$1,00 investido pelo Estado no segmento filantrópico por meio das imunidades, a contrapartida real do setor é de R\$7,39. Na área da saúde, o retorno para cada R\$1,00 recebido é R\$8,26 vezes maior. Nesse segmento, o setor soma mais de 260 milhões de procedimentos e é responsável por 59% de todas as internações de alta complexidade do Sistema Único de Saúde, isso sem mencionar que 906 municípios brasileiros são atendidos exclusivamente por um hospital filantrópico.

Na área da educação propõe o Senador que a oferta de bolsas de estudo a alunos

ntificador: 34003700330032003A005000 Conferência em <http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>.

ocumento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente por RONALDO DE CASTRO:08480361824  
Data: 12/09/2019 10:08:14

Assinado digitalmente por RODOLFO SILVA DONETTI:31587353857  
Data: 11/09/2019 17:00:08

Assinado digitalmente por IVANILDO PEREIRA LOBO:15523665886  
Data: 10/09/2019 14:11:16

Assinado digitalmente por ANDRÉ LUIZ PAULO SCARPINO:32215699809  
Data: 10/09/2019 14:02:59

Assinado digitalmente por FÁBIO DOS SANTOS LOPES:14914960885  
Data: 10/09/2019 13:59:00

Assinado digitalmente por JORGE SA KINA:07261689807  
Data: 09/2019 11:28:16



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**

carentes por organizações sem finalidade de lucro não mais seja considerada uma contrapartida para o gozo da prerrogativa tributária imunitária prevista pela Constituição.

Isso sem mencionar o aspecto qualitativo do ensino oferecido pelo setor, já que as instituições filantrópicas dessa área são reconhecidas pela oferta de uma educação de altíssima qualidade, conforme constatação de rigorosos rankings de avaliação, como ENEM, ENADE e CAPES. É importante ainda esclarecer que a representatividade das imunidades das filantrópicas é pequena no universo geral das contas da Previdência. Segundo a pesquisa do FONIF, este impacto é de cerca R\$ 12 bilhões, o equivalente a apenas 3% de toda a arrecadação previdenciária, que fica em torno de R\$ 375 bilhões.

Diante o exposto, conclui-se que o enfraquecimento da ação filantrópica geraria um impacto direto e significativo sobre a vida de milhões de brasileiros que, muitas vezes, dependem única e exclusivamente dessas instituições para conseguir acessar de maneira digna e gratuita serviços de saúde, assistência social e educação por meio de sua natureza assistencial das Organizações da Sociedade Civil.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 10 de setembro de 2019.

**Ver. Dr. Fabio Lopes**  
**VEREADOR**

ntificador: 34003700330032003A005000 Conferência em <http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>.

documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





00100.137712/2019-73-1 (ANEXO: 001)  
02.01.02.10 (218/E)  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



Ofício nº. 973/2019/GP

Botucatu, 10 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Moção de Apoio**

Junte-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

**Adriana Zaban**  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado,

1. Encaminhamos a Vossa Excelência a Moção nº 143/2019, aprovada na última Sessão Ordinária nesta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Vereador **EDNEI LÁZARO DA COSTA CARREIRA**  
Presidente





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



## **MOÇÃO Nº. 143**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 9/9/2019**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

APROVADO  
Botucatu, 9/9/2019  
  
PRESIDENTE

Mudanças acolhidas pelo relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no Senado resultaram na criação de PEC paralela da Previdência. Os integrantes da Comissão aprovaram de forma unânime, na última quarta-feira, dia 4 de setembro, a criação da chamada “PEC paralela”, uma proposta de emenda à Constituição com as mudanças acolhidas pelo relator, senador Tasso Jereissati, mas não incluídas na PEC da reforma da Previdência.

Um acordo entre os líderes partidários e os 27 integrantes da CCJ para agilizar a tramitação da matéria permitiu a criação da PEC paralela, uma forma de acelerar a aprovação da PEC 6/2019, da reforma da Previdência.

O relator foi quem sugeriu a PEC paralela, e também será o responsável pelo parecer final sobre a proposta, na própria CCJ. Tasso apontou o déficit fiscal como principal motivo para apresentação do texto alternativo e tranquilizou os demais parlamentares, afirmando que a Câmara dos Deputados terá igual compromisso com o assunto.

Entre os principais itens dessa nova proposta (PEC 133/2019), está a concessão de aposentadoria e pensão dos servidores públicos que têm atribuições relacionadas à segurança pública (polícia militar, civil, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, bombeiros e guarda municipal).

Considerando que, no tocante a atuação dos Guardas Civis Municipais, são princípios: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força. Conforme Lei Federal nº 13.022 de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais;

Entre as competências gerais das Guardas Municipais está a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Já as competências específicas tratam do zelo pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; dentre outras.







## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



### **[Parte Integrante da Moção nº143/2019]**

Considerando ainda que algumas cidades do Brasil, já possuem Lei Municipal, que concede ao Guarda Civil Municipal a aposentadoria especial devido a exercer atividade policial, assim,

**APRESENTAMOS** à Mesa, depois das considerações do Plenário, **MOÇÃO DE APOIO** à votação da **PEC 133/2019**, acatada parcialmente pelo relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Tasso Jereissati, que estabelecerá os requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão dos servidores públicos que têm atribuições relacionadas à segurança pública (polícia militar, civil, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, bombeiros e guarda municipal), bem como atribuições desenvolvidas por agentes penitenciários e socioeducativos, ou relacionadas à manutenção da ordem pública e combate à violência, englobando também as carreiras de identificação e produção de provas de natureza criminal.

Que seja dado conhecimento desta propositura ao Presidente do Senado Federal, Senador **DAVI ALCOLUMBRE** e ao Senador **MAJOR OLÍMPIO**, autor da referida propositura.

Plenário "Ver. Laurindo Ezidoro Jaqueta", 9 de setembro de 2019.

Vereador Autor **PAULO RENATO**  
**PSC**

FRS/ao







# Câmara Municipal de Cosmópolis

*"Palácio 30 de Novembro"*

Ofício nº 1411/2019

Junte-se ao processado do

PEC

nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*Caro - hebr*

Cosmópolis, 17 de setembro de 2019  
*Auriana Baban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência a Moção nº 48/2019, de autoria dos Vereadores Dr. Eugenio Carlos de Moraes Moreira da Silva e Aldenis Mateus Pereira, apresentando APOIO à PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que se incluam as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial.

A referida proposição foi aprovada em única discussão, por unanimidade, na 28ª Sessão Ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2019.

Sem mais, apresento protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
Dr. Élcio Amâncio  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
DD. Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

Página 1 de 1

Rua Presidente Getúlio Vargas, 500 Centro  
CEP 13.150-033 Cosmópolis - SP  
Fone/fax: (019) 3812-9800

[www.camaracospopolis.sp.gov.br](http://www.camaracospopolis.sp.gov.br)

E-mail: [cmcosmo@uol.com.br](mailto:cmcosmo@uol.com.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F5E034BE0032C969.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>







# Câmara Municipal de Cosmópolis

*"Palácio 30 de Novembro"*

|                                |
|--------------------------------|
| Câmara Municipal de Cosmópolis |
| Protocolo nº <u>2431</u>       |
| Em 13 SET. 2019                |
| Processo nº <u>24194</u>       |

## **Moção n.º 48/2019**

**Assunto:** Apresentando APOIO à PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que se incluam as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

**CONSIDERANDO** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**CONSIDERANDO** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**CONSIDERANDO** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**CONSIDERANDO** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I – proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II – preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III – patrulhamento preventivo; IV compromisso com a evolução social da comunidade; e V – uso progressivo da força;

**CONSIDERANDO** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;







# Câmara Municipal de Cosmópolis

*"Palácio 30 de Novembro"*

**CONSIDERANDO** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

**PROPOMOS** ao Egrégio Plenário, com fundamento e na forma regimental (Resolução nº 2/91, artigos 228 ao 231), a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras tenham sua **APOSENTADORIA ESPECIAL**, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

Ante ao exposto, ouvido o Plenário e atendidas as formalidades de praxe, solicitamos que seja oficiado ao Exmº Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, Exmº Sr. Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, ao Exmº Sr. Prefeito do Município de São Paulo Bruno Covas, ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Segurança Urbana da Cidade de São Paulo, José Roberto Rodrigues de Oliveira e ao Exmº Sr. Comandante geral da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais – CNGM Carlos Alexandre Braga.

PLENÁRIO "JOÃO CAPATO", 13 de setembro de 2019.

**Dr. Eugenio de Moraes Moreira da Silva**  
Vereador

**Aldenís Mateus Pereira**  
Mestre Aldenís Mateus  
Vereador.

|             |                 |
|-------------|-----------------|
| APROVADO EM | ÚNICA DISCUSSÃO |
| POR         | Unanimidade     |
|             | 16/09/19        |
|             | PRESIDENTE      |

Página 2 de 2







# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 - Centro - CEP 15010-060  
FONE (17) 3214-7777 | FAX (17) 3214-7788 - www.riopreto.sp.leg.br



**Ofício nº 1863/2019**

São José do Rio Preto (SP), 11 de setembro de 2019.

*Ref.: Encaminha cópia/Moção nº 111/19  
Vereador Fábio Marcondes*

Junte-se ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22 / 11 / 19.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar cópia do expediente mencionado, em decorrência da aprovação por esta Câmara Municipal, na 32ª Sessão Ordinária do corrente ano, realizada em 10 de setembro de 2019.

Com protestos de consideração e apreço, antecipo agradecimentos e subscrevo-me.

**Vereador PAULO PAULÉRA**  
**Presidente da Câmara**

A Sua Excelência o Senhor  
**Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes – Anexo 1 - 17º pavimento  
CEP: 70165-900

**BRASÍLIA – DF**

*PP/anl*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 - Centro - CEP 15010-060

FONE (17) 3214-7777 | FAX (17) 3214-7788 - [www.riopreto.sp.leg.br](http://www.riopreto.sp.leg.br)



## Moção Nº 111/2019

**Moção de Apoio à Inclusão e Aprovação, pelo Senado Federal, da Aposentadoria Especial para os agentes das Guardas Civis Metropolitanas na Proposta de Emenda Constitucional – PEC que modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.**

**APROVADO**

32ª Sessão 10/09/2019

Senhor Presidente:

Ver. Paulo Pauléira  
Presidente da Câmara

A presente Moção chama a atenção para a necessidade de promoção de adequação do atual regime de aposentadoria, para que alcance o necessário ao atendimento do exercício de defesa do patrimônio, da paz e da ordem pública que as corporações da Guarda Civil Municipal desempenham em todo o território nacional.

Os agentes desta força pública são indispensáveis à estabilidade da segurança urbana, cujo desempenho é desgastante física, psíquica e mentalmente, em razão do esforço e exposição ao risco de morte que o combate à violência e criminalidade urbana os submete diariamente.

Trata-se de medida de justa equivalência a bem dos agentes destas tão importantes e relevância instituições reconhecidas pela Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais.

Por todo exposto

**REQUEIRO**, nos termos regimentais, ouvido o soberano Plenário, que seja aprovada a Moção de Apoio à Inclusão e Aprovação, pelo Senado Federal, da Aposentadoria Especial para os agentes das Guardas Civis Metropolitanas na Proposta de Emenda Constitucional – PEC que modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

SALA DAS SESSÕES "DEPUTADO BADY BASSIT"

São José do Rio Preto, 09 de setembro de 2019.

Ver. FÁBIO MARCONDES

Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara – Vereador PL

Ver. FÁBIO MARCONDES – PL – Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Rio Preto / Estado de São Paulo  
Rua Silva Jardim nº3357 – Centro – CEP 15.010-060 – Fone (17) 3214-7750 e 3214-7751 – São José do Rio Preto / SP – [fabiomarcondes@riopreto.sp.leg.br](mailto:fabiomarcondes@riopreto.sp.leg.br)




**Câmara Municipal de São José dos Campos**

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33  
Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP  
CEP 12.209-535 – Tel.: (12) 3925.6566  
Email: camara@camarasjc.sp.gov.br

00100.142147/2019-66  
02.01-02.10  
(2801E)

**Ofício nº 6529-EXP**

Junte-se ao processado do

PEC  
nº 133 de 2019.

18 de setembro de 2019.

Em 22 / 11 / 19.

Senhor Presidente

*Adriana Zaban*  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Encaminho cópia(s) do(s) documento(s) apreciado(s) na Sessão Ordinária nº 58 realizada em 17/09/2019.

Moção 89/2019 - Ver. Renata Paiva - PSD

Em caso de resposta, protocolizar a mesma na Diretoria de Expediente ou pelo e-mail [expediente@camarasjc.sp.gov.br](mailto:expediente@camarasjc.sp.gov.br), fazendo referência ao nº do processo.

Atenciosamente

**Ver. Robertinho da Padaria**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
SEN. DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente  
SENADO FEDERAL  
Brasília - DF

Identificador: 370031003500330038003A00540052004100 Conferência em <http://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/autenticidade>. **600**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente por ROBERTO  
DA PENHA RAMOS:07127255806  
Data: 18/09/2019 10:46:48



## Câmara Municipal de São José dos Campos

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33  
Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP  
CEP 12.209-535 – Tel.: (12) 3925.6566  
Email: camara@camarasjc.sp.gov.br

### MOÇÃO

**Moção Nº 89/2019 Processo 11005/2019**  
**58ª Sessão Ordinária**  
**Aprovado(a) por Unanimidade**

Of. nº 6529, 6539

Manifesta repúdio à PEC Paralela da Reforma da Previdência, no que diz respeito ao fim da isenção do INSS patronal dada às instituições filantrópicas.

Senhor Presidente

A presente moção tem como objetivo manifestar repúdio à PEC Paralela da Reforma da Previdência no que diz respeito ao fim da isenção do INSS patronal dada às instituições filantrópicas.

Trata-se de projeto que tem como objetivo promover mais justiça fiscal, não podendo, no entanto, penalizar instituições que prestam serviço à sociedade.

De acordo com o projeto, o art. 195 passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 195 .....  
.....  
.....*

*§ 7º Não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, percentual de serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário.*

*.....” (NR)*

O texto não deixa claro quais entidades ficarão excluídas do benefício e não especifica qual será o percentual de serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário.

Nesses termos, as instituições atuantes e sérias, declaradas de utilidade pública, e que prestam serviço efetivo para a sociedade, serão prejudicadas.

Outra questão, é que a medida pode acabar onerando o Estado de outra maneira, ou seja, como terão que repassar mais recursos para o governo, as entidades podem diminuir investimentos em pessoal e estrutura.

As instituições filantrópicas são fundamentais para o desenvolvimento do país. Atuam com uma variedade de questões que afetam a sociedade nas áreas da assistência social, cultura, saúde, meio ambiente, lazer, esporte e educação, prestam atendimento a pessoas e famílias à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho, trabalham na garantia e defesa dos direitos da população, são de caráter privado, mas desenvolvem trabalhos de interesses públicos, além do que geram emprego, e estimulam o voluntariado.

Precisamos trabalhar por iniciativas de reconhecimento e valorização do setor filantrópico, que é um parceiro do Estado. Dificultar a atuação das mesmas será um retrocesso.



**Câmara Municipal de São José dos Campos**

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33  
Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP  
CEP 12.209-535 – Tel.: (12) 3925.6566  
Email: [camara@camarasjc.sp.gov.br](mailto:camara@camarasjc.sp.gov.br)

Diante disso, entendo que deve ser mantida a redação do § 7º do art. 195 da Constituição Federal, garantindo às entidades beneficentes de assistência social a isenção de contribuição para a seguridade social.

Éa moção, nos termos regimentais.

Ciências: 1) SEN. DAVI ALCOLUMBRE - Presidente SENADO FEDERAL, 2) TASSO RIBEIRO JEREISSATI - Senador Senado Federal

Plenário "Mario Scholz", 17 de setembro de 2019.

**Ver. Renata Paiva - PSD**



**Câmara de Vereadores de Águas de São Pedro**  
**Estado de São Paulo**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

00100.151084/2019-39-1 (ANEXO: 001)  
00100.151084/2019-39  
02010210(2/50/6)

Águas de São Pedro, 1 de outubro de 2019.

**OFÍCIO CVASP Nº 140/2019**

**Assunto:** Encaminha Moção de Apoio

Junte-se ao processado do  
**PEC**

**nº 133**, de **2019**.

Em **22 / 11 / 19**.

Excelentíssimo Senhor:

**Mariana Zaban**  
Vice-Presidente da Mesa Adjunta

Cumprimentando-o inicialmente, venho pelo presente, encaminhar à V.Exa., cópia da Moção de Apoio nº 18/2019, Processo nº 101/2019, Aprovada nesta Câmara de Vereadores de Águas de São Pedro, na 14ª Sessão Ordinária de 2019, realizada no dia 23 de Setembro de 2019, de apoio a PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades Brasileiras com a merecida aposentadoria especial.

Sem mais, renovamos nossas considerações e respeito.

Atenciosamente,

**VALDIR APARECIDO GIBIM**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

Exmo. Sr.

**Davi Alcolumbre**

MD. Presidente do Senado Federal

Brasília - DF







**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**MOÇÃO DE APOIO Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 101/2019  
AUTORIA: VALDIR APARECIDO GIBIM**

**“De apoio a PEC que Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL”.**

**Considerando** a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil;

**Considerando** a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

**Considerando** o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

**Considerando** os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

**Considerando** a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

**Considerando** que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate a criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município;

**PROPOMOS** ao Egrégio Plenário, com fundamento e na forma regimental (Resolução nº 2/91, artigos 228 ao 231), a manifestação desta Edilidade, reivindicando providências para que os servidores das Guardas Municipais Brasileiras

**Página 1 de 2**

Praça. Prefeito Geraldo de Azevedo, 123 – Centro – Águas de São Pedro / SP.  
CEP: 13525-000 – TEL / FAX: (19) 3482-1348 ou 3482-2778  
Site: <http://www.camaraaguasdesaopedro.sp.gov.br>

PROTÓCOLO 397/2019 - 10/09/2019 11:20 - PROCESSO 101/2019





**CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**MOÇÃO DE APOIO Nº 18/2019**  
**PROCESSO Nº 101/2019**  
**AUTORIA: VALDIR APARECIDO GIBIM**

tenham sua APOSENTADORIA ESPECIAL, garantindo esse direito fundamental e social a todos os trabalhadores conforme Constituição Federal, para ao fim **INCLUIR TODAS AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL na PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA.**

**Solicitamos** que Cópias sejam enviadas ao Exmo. Sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados RODRIGO MAIA, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal DAVI ALCOLUMBRE, ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Águas de São Pedro PAULO SÉRGIO BARBOZA DE LIMA e ao Exmo. Sr. Comandante da Guarda Municipal de Águas de São Pedro CRISTIANO CHIOSINI.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2019.

**VALDIR APARECIDO GIBIM**  
**VEREADOR/PRESIDENTE DA CÂMARA**

**Vereadores Apoiadores:**

*Walter Leandro Ferreira*  
*Manoel Antonio Leite*

*Wesley Anelto*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

Página 2 de 2

Praça. Prefeito Geraldo de Azevedo, 123 – Centro – Águas de São Pedro / SP.  
 CEP: 13525-000 – TEL / FAX: (19) 3482-1348 ou 3482-2778  
 Site: <http://www.camaraaguasdesaopedro.sp.gov.br>

PROTÓCOLO 397/2019 - 10/09/2019 11:20 - PROCESSO 101/2019



02010210(2/50/16)

**CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**

Estado de São Paulo  
Departamento de Assuntos Legislativos

Piracicaba, 18 de setembro de 2019.

Ofício D.L. 3280 / 2019  
Ref. a Moção Nº 168/2019

Junte-se ao processado do  
**PEC**

nº 133, de 2019.

Em 22 / 11 / 19

  
**Adriana Zaban**  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo a deliberação do Plenário desta Casa de Leis, encaminhamos a Vossa Excelência, cópia da moção em epígrafe, de autoria do vereador **LAÉRCIO TREVISAN JR** e outros, aprovada em Reunião Ordinária deste ano legislativo.

Valemo-nos da oportunidade para renovar nossos protestos de estima e apreço.

  
**GILMAR ROTTA**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
**Davi Alcolumbre**  
Presidente do Senado Federal  
**Brasília - DF**





# **CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**

## **Estado de São Paulo**

### **MOÇÃO Nº 168/19**

**De Apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias e dá outras providências, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades Brasileiras com a merecida aposentadoria especial.**

Considerando a importância e relevância das Guardas Civis Municipais do Brasil, os quais realizam um valioso trabalho na proteção da população e na preservação da violência, na defesa do patrimônio público, na vida das pessoas, na atuação em eventos, na proteção das crianças nas escolas e na proteção da sociedade, no combate à criminalidade, contribuindo de maneira significativa para proteção e defesa do cidadão de bem.

Considerando o reconhecimento da Guarda Civil Municipal por meio da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, a qual dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Destaca-se os princípios de atuação das Guardas Municipais estabelecidas no referido Estatuto Geral, que são: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força.

Ressalta-se que os Guardas Civis Municipais são indispensáveis para a segurança pública, sendo que sua atividade é muito desgastante fisicamente, psicologicamente e mentalmente, além do fator de risco de morte que ocorre todos os dias, durante as ações no combate à violência e criminalidade, contribuindo de maneira significativa para a proteção e segurança da população e a paz social.

Considerando que na última quarta-feira, os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram de forma unânime, a criação da chamada PEC paralela, uma proposta de emenda à Constituição com mudanças acolhidas pelo relator, Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas não incluídas na PEC da reforma da Previdência.

Ressalta-se também, que a emenda apresentada pelo Senador Major Olímpio (PSL-SP), acatada parcialmente pelo relator, define







## CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

### Estado de São Paulo

uma Lei Complementar específica que estabelecerá os requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão dos servidores públicos que têm atribuições relacionadas à segurança pública (polícias militar, civil, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, bombeiros e guarda municipal), bem como atribuições desenvolvidas por agentes penitenciários e socioeducativos, ou relacionadas à manutenção da ordem pública e combate à violência, englobando também as carreiras de identificação e produção de provas de natureza criminal.

Considerando a iminente necessidade de conceder a aposentadoria aos Guardas Civis Municipais e que a legislação brasileira deve avançar neste sentido, garantindo os direitos aos servidores das Guardas Civis Municipais.

Diante do exposto, é que submetemos à apreciação do Plenário, na forma regimental, a presente Moção de Apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias e dá outras providências, **para que inclua as Guardas Civis Municipais de todas as cidades Brasileiras com a merecida aposentadoria especial na PEC da Reforma da Previdência.**

Solicito que cópias do deliberado sejam encaminhadas ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ao Exmo. Senador Major Olímpio (PSL-SP) e para a Ilma. Senhora Comandante da Guarda Civil Municipal de Piracicaba, Lucineide Aparecida Maciel.

Sala das Reuniões, 09 de setembro de 2019.

**(a) Laércio Trevisan Jr.**

- (a) Adriana Cristina Sgrigneiro Nunes
- (a) Aldisa Vieira Marques
- (a) André Gustavo Bandeira
- (a) Ary de Camargo Pedroso Júnior
- (a) Carlos Alberto Cavalcante
- (a) Carlos Gomes da Silva
- (a) Dirceu Alves da Silva
- (a) Gilmar Rotta
- (a) Isac Alves de Souza





# **CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**

## **Estado de São Paulo**

- (a) Jonson Sarapu de Oliveira
- (a) José Aparecido Longatto
- (a) José Marcos Abdala
- (a) Lair Braga
- (a) Matheus Antonio Erler
- (a) Nancy Aparecida Ferruzzi Thame
- (a) Osvaldo Airtton Schiavolin
- (a) Paulo Henrique Paranhos Ribeiro
- (a) Paulo Roberto de Campos
- (a) Pedro Motoitiro Kawai
- (a) Rerlinson Teixeira de Rezende
- (a) Ronaldo Moschini da Silva
- (a) Wagner Alexandre de Oliveira





# Senado Notícias

## Policiais ganham regras mais brandas de aposentadoria na PEC paralela

Rodrigo Baptista | 05/09/2019, 12h58



Pedro França/Agência Senado



Policiais, bombeiros, agentes prisionais e outras carreiras ligadas à segurança pública

poderão contar com regras mais brandas para se aposentar, se for aprovada a chamada PEC paralela, uma proposta de emenda à Constituição que traz emendas e sugestões de mudanças não incluídas na proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) aprovada nesta quarta-feira (4) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Uma das emendas do senador Major Olimpio (PSL-SP), acolhida parcialmente pelo relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), permite que uma lei complementar estabeleça requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão para policiais federais, dando margem para alterações futuras conforme regras

previstas na reforma para os militares em análise na Câmara dos Deputados.

Também podem ser beneficiados integrantes da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, agentes prisionais e socioeducativos e integrantes das Polícias Legislativas do Senado e da Câmara dos Deputados, além da Polícia Federal.

Editada para acelerar os debates em torno da nova Previdência e evitar o retorno à Câmara do texto principal (a PEC 6/2019) já aprovado pelos deputados, a PEC paralela, que recebeu o número PEC 133/2019, abre brecha para a entrada de estados e municípios na reforma e inclui uma série de medidas propostas pelos senadores por meio de emendas.

— Com uma lei complementar, de natureza federal, o Executivo vai fazer o regramento dos policiais militares e bombeiros militares em simetria com as Forças Armadas. Também vai permitir fazer um regramento geral para todos os policiais, agentes penitenciários e agentes socioeducativos, chegando até aos nossos guardas municipais. Vamos fazer a sustentação disso no Plenário, temos um grande acordo para que seja aprovado e com certeza será confirmado na Câmara dos Deputados — defendeu Major Olímpio.

## Integralidade e paridade

Outra emenda acatada parcialmente pelo relator que pode flexibilizar as regras para servidores da área de segurança pública garante que policiais federais, policiais ferroviários federais e policiais rodoviários federais que ingressaram na carreira até 2003 se aposentem com o último salário da carreira (integralidade) e com reajustes iguais aos da ativa (paridade). O texto consolidado pelo relator mantém a exigência de idade mínima de 55 anos para homem e mulher prevista na PEC 6/2019.

Também podem ser contemplados agentes prisionais, socioeducativos e integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal e das Polícias Legislativas do Senado e da Câmara dos Deputados.

A proposta atende em parte ao pleito do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que apresentou emenda para assegurar a integralidade e a paridade para todos policiais que ingressaram no serviço até a data da reforma. O senador, que apresentou outras sugestões para garantir direitos diferenciados para profissionais de carreiras ligadas à segurança pública, afirmou que, se as reivindicações dos policiais em relação à reforma não forem atendidas, o Brasil passará por uma grave crise no setor:

— Se não forem atendidas essas demandas dos policiais, o país vai entrar numa grave crise de segurança pública, e nós vamos infelizmente vivenciar o que meu estado vivenciou em 2017, que foi a greve dos policiais, quando não se podia ir para as escolas, não se podia abrir os comércios, não se podia ir para os hospitais. Se o profissional da segurança pública entender que o país não o está acolhendo, não está entendendo sua importância, o país vai entrar em colapso na segurança pública — disse o senador na quarta-feira, durante o debate na CCJ.

PEC 6/2019



Além da idade mínima de 55 anos para aposentadoria para policiais federais, policiais civis do Distrito Federal e agentes penitenciários e socioeducativos federais, a PEC 6/2019 exige 30 anos de contribuição e 25 anos de exercício na função. Os policiais terão direito à pensão integral em caso de morte decorrente do trabalho e 100% da média dos salários para aposentadoria por invalidez. Para quem está na carreira, a proposta estabelece uma regra de transição: idade mínima de 52 anos (mulheres) ou 53 (homens), com pedágio de 100% do tempo de contribuição que falta.

Hoje não há idade mínima para que policiais se aposentem, mas sim uma exigência de 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos, se mulher.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Receber notificações

Agora não



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Em 18 de Setembro de 2.019.

**OFÍCIO GPC-SG 0858/19**  
**PREZADO(A) SENHOR(A):**

Junte-se ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22 / 11 / 19

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

A par de meus cordiais cumprimentos, serve o presente para encaminhar a Vossa Excelência a(s) inclusa(s) cópia do **REQUERIMENTO Nº 311/19**, de autoria do Nobre Vereador **MARCELINO SANTOS GOMES**, aprovado por ocasião da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, realizada no dia 17 de Setembro do ano em curso.

Atenciosamente,

**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
**DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal





**SENHORES VEREADORES(AS)**

REQUERIMENTO  
APROVADO  
28.ª SESSÃO  
DATA 17/10/1991 LI  
PRESIDENTE

311/19



# Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 - Caixa Postal 80 - CEP 18130-970  
CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 - Fone: (11) 4784-8444 - Fax: (11) 4784-8447  
Site: [www.camarasaoroque.sp.gov.br](http://www.camarasaoroque.sp.gov.br) | E-mail: [camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br](mailto:camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br)  
São Roque - 'A Terra do Vinho e Bonita por Natureza'

OFÍCIO PRESIDENTE Nº 252/2019

Janeiro ao processado do

PEC  
nº 133, de 2019.

Em 22/11/19

São Roque, 17 de setembro de 2019.

*Adriana Zaban*

Adriana Zaban  
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Excelentíssimo Senhor,

Tem o presente a grata satisfação de cumprimentá-lo e, na oportunidade Encaminhar Moção de Apoio nº 142/2019, de minha autoria, apresentada ao Egrégio Plenário desta Casa de Leis, na 29ª Sessão Ordinária, realizada em 16 de Setembro de 2019.

Aproveito o ensejo para renovar meus sinceros protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**ROGÉRIO JEAN DA SILVA**  
**CABO JEAN**  
Vice-Presidente  
No exercício da Presidência

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM**  
DD. Presidente do Senado  
Senado Federal, Anexo 2, Ala Afonso Arinos  
Gabinete 10, Praça dos Três Poderes,  
Brasília-DF  
CEP 70165-900

PROTOCOLO Nº CETS 17/09/2019 - 13:13 6110/2019

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ROGERIO JEAN DA SILVA:18723267810 em 19/09/2019 11:16:39  
Para conferir o original, acesse <http://consulta.siscam.com.br/camarasaoroque/documentos/autenticar> e informe o código N7W8-A4H7-F9C8-B8J3





# Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP  
**CNPJ/MF:** 50.804.079/0001-81 | **Fone:** (11) 4784-8444 | **Fax:** (11) 4784-8447  
**Site:** [www.camarasaoroque.sp.gov.br](http://www.camarasaoroque.sp.gov.br) | **E-mail:** [camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br](mailto:camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br)

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

|  |                                    |
|--|------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado               | <input type="checkbox"/> Rejeitado |
| <input checked="" type="checkbox"/> POR UNANIMIDADE        |                                    |
| Com _____ voto(s) Favoráveis<br>e _____ voto(s) Contrários |                                    |
| Em <u>16/09/2019</u>                                       |                                    |

## MOÇÃO Nº 142/2019

***De apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.***

  
**Alacir Raysol**  
 2.º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Considerando a importância e relevância das Guardas Municipais do Brasil, especialmente na diuturna atuação em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I. proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;*
- II. preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;*
- III. patrulhamento preventivo;*
- IV. compromisso com a evolução social da comunidade; e*
- V. uso progressivo da força;*





# *Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque*



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 | Caixa Postal 80 - CEP 18130-970 | São Roque/SP  
**CNPJ/MF:** 50.804.079/0001-81 | **Fone:** (11) 4784-8444 | **Fax:** (11) 4784-8447  
**Site:** [www.camarasaoroque.sp.gov.br](http://www.camarasaoroque.sp.gov.br) | **E-mail:** [camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br](mailto:camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br)

São Roque - "A Terra do Vinho e Bonita por Natureza"

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município.

Ante o exposto, **Rogério Jean da Silva**, Vereador da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque, REQUER ao Egrégio Plenário para que faça constar na Ata da presente Sessão, Moção de Apoio a PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, para que INCLUA AS GUARDAS MUNICIPAIS DE TODAS AS CIDADES BRASILEIRAS COM A MERECIDA APOSENTADORIA ESPECIAL.

Que da presente seja dada ciência ao Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais, Senhor Carlos Alexandre Braga; ao Senador Major Olímpio Gomes; e ao Presidente do Senado, Excelentíssimo Senhor David Samuel Alcolumbre Tobelem.

Sala das Sessões Dr. Júlio Arantes de Freitas, 11 de setembro de 2019.

**ROGÉRIO JEAN DA SILVA**  
**(CABO JEAN)**  
 Vereador

PROTOCOLO Nº CETSr 11/09/2019 - 14:33 5908/2019







Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Santo Ângelo  
**PODER LEGISLATIVO**

Ofício-circular nº134/2019/CMV

Santo Ângelo, 03 de setembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal  
Brasília- DF

00100-135 400/2019  
02010210(2/50/E)  
Junto-se ao processado do  
PEC  
nº 133, de 2019.  
Em 22/11/19.  
Adriana Zaban  
Secretaria Geral da Câmara Municipal

**O PODER LEGISLATIVO DE SANTO ÂNGELO RS vem, no**

uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base no Regimento Interno desta Casa, apresentar a seguinte:


**MOÇÃO DE APOIO**

O Poder Legislativo de Santo Ângelo vem apresentar a Vossa Excelência a presente **MOÇÃO DE APOIO** a favor da inclusão dos Estados e Municípios na Reforma da Previdência, os quais ficaram de fora quando da aprovação da matéria na Câmara dos Deputados, ou alternativamente, seja apresentada uma PEC- Proposta de Emenda Constitucional, alcançando todos os chamados "primos pobres da nação", Estados e Municípios, tendo em vista que a situação da Previdência em muitos Estados e Municípios tornou-se insustentável aos cofres públicos, necessitando com urgência novos modelos viáveis e autossustentáveis.

Contamos, portanto, com vosso apoio para que Estados e Municípios sejam incluídos na Reforma da Previdência.

A presente moção foi subscrita pelo vereador LUCAS LIMA, Bancada do MDB, e foi aprovada por unanimidade nesta Casa Legislativa.

Sem mais para o momento, apresentamos cordiais saudações.

  
Ver. Maurício Loureiro  
Presidente

Rua Antunes Ribas, 1111  
Fone/Fax: (55) 3313-2315 / 3313-2386  
Cx. Postal 466 - CEP 98801-630  
amarasa.rs.gov.br  
@camarasa.rs.gov.br







# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

Mogi Guaçu, 13 de setembro de 2019

SENHOR PRESIDENTE,

Junte-se ao processado do  
PEC

nº 133, de 2019.

Em 22/11/19.

*Adriana Zaban*

Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Considerando a importância e relevância das Guardas

Municipais do Brasil;

Considerando a atuação da Guarda em defesa do patrimônio público municipal e em defesa do cidadão de bem;

Considerando o reconhecimento da Guarda Municipal por meio da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014 que estabeleceu o Estatuto das Guardas Municipais;

Considerando os preceitos do Estatuto das Guardas que estabelece que são princípios mínimos de atuação das guardas municipais, a saber: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força;

Considerando a premente necessidade de conceder a aposentadoria especial aos Guardas Municipais e que a legislação brasileira deve avançar nesse sentido garantindo os direitos aos servidores das guardas municipais;

Considerando que os guardas municipais são indispensáveis a segurança urbana e que sua atividade é muito desgastante, física, psicologicamente e mentalmente, além do fator risco de morte que ocorre todos os dias no combate à criminalidade e a violência urbana, rural e ambiental pois a guarda está presente em todas as localidades do município, razão pela qual venho à sua respeitável presença no afã de solícitos seus bons ofícios no sentido de interceder junto as lideranças de bancadas com assento nessa Egrégia Casa Legislativa no afã de viabilizar a agilização da tramitação





# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

e consequente aprovação da PEC que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, para que inclua as Guardas Municipais de todas as cidades brasileiras com a merecida aposentadoria especial, de modo a garantir esse direito fundamental e social a toda categoria profissional, na esteira de sua relevância social.

Certo do apoio de V.Exa., subscrevo-me com protestos de estima e respeitosa consideração.

Cordialmente.

  
Vereador JEFERSON LUIS DA SILVA

Exmo. Sr.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

MOGI GUAÇU – Sp